Valor
ECONÓMICO

11 de Janeiro 2022
Terça-feira
Semanário - Ano 6
Nº291
Director-Geral
Evaristo Mulaza

PRODUÇÃO NACIONAL DUVIDOSA E RECEIOS DE MONOPÓLIOS

Reserva Estratégica Alimentar 'debaixo do fogo'

ANÁLISE. Empresários dividem-se quanto aos produtos destinados à Reserva Estratégica Alimentar. Há quem questione a importação de alimentos, destacando a capacidade de Angola em abastecer o mercado, pelo menos, com quatro produtos. Mas há quem afaste a ideia de se apostar, para já, na produção nacional, por falta de capacidade. Págs. 8 e 9

FRANCISCO VIANA, PRESIDENTE DA CEA

"O MPLA deveria aproveitar descansar um bocado"

Mário Mujetes © VE

ENTREVISTA. Depois de, em Setembro, retomar uma entrevista que Francisco Viana concedeu à Rádio Essencial, o Valor Económico volta a conversar com o líder da CEA. Desta vez, o mote foi a crítica de João Lourenço à classe empresarial, face à incapacidade desta de aderir à linha de financiamento de mil milhões de euros do Deutsche Bank. O empresário mostra onde está a "vergonha", mencionada pelo PR, e reitera que é o momento de o MPLA passar para a oposição. Págs. 4 a 7

CONCURSO ATRASADO

Luanda em risco de novos amontoados de lixo

Pág. 12

OPINIÃO **ALVES DA ROCHA,** ECONOMISTA

Novas eleições, velha política económica?

Pág. 18

FUNDO DE INVESTIMENTO

Angola expõe-se a riscos elevados

Pág. 10

RIL 15/27 de Outubro (milhões USD) **15:** 9.255,76 **18:** 9.472,17 **19:** 9.461,24 **20:**9.403,66 **21:**9.357,63 **22:** 9.536,89 **25:** 9.532,64 **26:** 9.432,16 **27:** 9.630,07

Editorial

A CULPA É DE QUEM MANDA

É o refrão que se repete ano após ano. Para o poder e para os mancebos e homens que o suportam, não há excepção à regra. Cada novo ano traz consigo irremediavelmente as velhas ladainhas e as antigas batotas. O 2022 também se anunciou desta forma. Mais uma vez, a ignorância, a manipulação e a bajulação procuram condicionar o debate sobre a convulsão social a actos de vandalismo praticados por populares consumidos pela agonia e o desespero. É a conhecida prática de inversão dos factos que releva as consequências e subalterniza as causas. Umas vezes por lamentável desconhecimento. Outras por descarada adulação. E outras ainda por indisfarçável maquinação política.

Há, por isso, uma necessidade crítica de se recentrar o foco e os factos. Na identificação das causas de fundo por detrás dos actos de vandalismo nesta segunda-feira, em Luanda, tem de se apontar o dedo directamente ao MPLA. Ou, para se ser mais preciso, ao longevo e desgastante poder do MPLA e à sua desastrosa governação. Sem rodeios. Sem apelo, nem agravo.

Quando um partido governa por quase meio século, servindo-se de todos os meios imaginários do Estado para se manter no poder, tem de ter o mínimo de vergonha para olhar para o retrovisor e assumir-se como a primeira e última causa do caos. Sobretudo quando nos encontramos na terceira década do século XXI. Sobretudo, quando praticamente todo esse período de governação tem, como marcas salientes e inconfundíveis, a delapidação do erário e a esterilização da democracia. Por outras palavras, a castração do progresso.

As convulsões sociais são, por isso, necessariamente uma consequência desse desgaste do poder e, com certa honestidade, não deviam constituir surpresa. Nos últimos anos, parte substantiva dos angolanos – dos menos letrados aos mais esclarecidos – não tem esperado por conclusões de thinks tanks para alertar para os perigos que a desgovernação do MPLA representa hoje. Ao contrário de ontem, hoje acumulam-se gerações às quais nada diz a 'legitimidade histórica' do MPLA, enquanto proclamador da Independência e vencedor da guerra.

Mais do que ontem, hoje juntam-se também outras gerações mais adultas que, libertadas pelo tempo das amarras do fanatismo e da manipulação, passaram a concordar que não se faz país com a forma como o MPLA se mantém a brincar de fazer país. Essas gerações mais adultas passaram a concluir também que não se gera progresso com promessas de aceleração da democracia, ao mesmo tempo que o poder reforça a partidarização do Estado. Passaram a entender que não se promove o desenvolvimento desejado com promessas de combate aos monopólios e aos privilégios nocivos, ao mesmo tempo em que se erguem novos monopólios e se sofisticam, à luz do dia, os métodos de assalto ao erário. É tudo isso que, no fim de contas, propicia as convulsões sociais. E as tentativas apressadas de se culpar adversários políticos são reveladoras do quão o poder se mantém igualzinho a si mesmo.

FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Editora Executiva Adjunta: Isabel Dinis
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca
Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi
Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
Nº de Contribuinte: 5401180721
Nº de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...

EUGÉNIO CLEMENTE,
ex-director-geral do Infotur

Novas empresas vão gerir os hotéis do Infotur por 12 anos. O que lhe parece?
Que resultados os hotéis de Cabinda, do Lubango e do Namibe deram ao Estado entre 2018 e 2021? O Infotur apresentou ao Tribunal de Contas estes resultados? Quem é a entidade auditora deste contrato com as empresas que estiveram em frente desta gestão, já que se anulou unilateralmente com a empresa que estava a desenvolver o plano geral de negócios da rede dos hotéis?

Não foi uma boa medida?
Em 2018, rescindiu-se o contrato com a anterior empresa gestora. Foi legal a actuação do sector ou existiu uma certa 'revanche'? A sociedade pode cobrar um relatório sobre os resultados da gestão das empresas colocadas em 2018.

Há um pendente com a antiga gestora dos hotéis?
Tenho informações de que a empresa colocada a gerir o Infotur de 2018 até à data está a cobrar 900 milhões de kwanzas por conta de expectativas de resultados esperados na gestão dos hotéis. Resta saber se quem geriu os hotéis será ou não pago. Lamentável é ver o Hotel Infotur Luanda num estado de total degradação. Foram roubados frigobares, plasmas, fechaduras.

04 TERÇA-FEIRA

O executivo dá conta que espera financiar, este ano, pelo menos 500 projectos no âmbito do programa de apoio à diversificação da economia e exportações e levar a reconversão da economia informal a todo o país, a partir de Abril.

05 QUARTA-FEIRA

O Banco Keve informa que concluiu, "com sucesso", o seu segundo aumento de capital, dispondo de fundos próprios acima dos exigidos pelo regulador, e que iniciou um processo de reestruturação com aposta nos serviços digitais.

03 SEGUNDA-FEIRA

A Associação dos Hotéis e Resorts de Angola (AHRA) considera que o turismo interno "está a revitalizar-se", fruto da diminuição das viagens internacionais, exortando o Governo a uma "maior compreensão e apoio financeiro" ao sector.

06 QUUITA-FEIRA

O Presidente da República nega que esteja a favorecer empresas que têm sido apontadas como ligadas ao Governo, indicando que têm financiado o Estado em alguns casos, ao contrário do que aconteceu no passado com as "empresas protegidas".

07 SEXTA-FEIRA

O Banco Angolano de Investimentos (BAI) dá início ao processo de entrada em bolsa, com um requerimento para a aprovação da Oferta Pública de Venda de 10% do seu capital social detido pela Sonangol e Endiama.

01 SÁBADO

O BNA reafirma que as notas do kwanza, da série 2012, deixam de ser transaccionadas como meio de pagamento, mas passam a ser aceites pelo sistema financeiro apenas para depósitos.

02 DOMINGO

A OPEP informa que prevê realizar uma reunião especial de membros, ocasião em que Angola deverá formalizar a cedência da presidência à Argélia (vice-presidente cessante), país sucessor na ordem alfabética definida nos estatutos.

COTAÇÃO

PETRÓLEO SOBE...

O petróleo começou a terça-feira no 'verde', influenciado pelo aumento da demanda provocado pelos casos da variante Ômicron não atrapalharão a recuperação económica global. O brent negociou as entregas de Março a 83,61 dólares, ganhando 3,39%. Já o WTI ganhou 3,64%, ao negociar a 81,08 dólares as entregas de Fevereiro.

MINEIROS EM ALTA...

Os mineiros fecharam a sessão de terça-feira a subir. Para as entregas de Fevereiro, o ouro avançou 1,11% para os 1.818,70 dólares por onça troy. Enquanto a prata registou ganhos de 1,38%, ao negociar as entregas de Março a 22,773 dólares. O cobre negociou as entregas para o mesmo período a 4,4225 dólares por libra-peso, ganhando 1,62%.

Entrevista

FRANCISCO VIANA, PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DE ANGOLA

"O Presidente da República tem toda a razão, é uma vergonha, mas a vergonha é para a governação do MPLA"

Mário Mujetes © VE

Depois da entrevista, em Setembro, o Valor Económico volta a conversar com Francisco Viana, líder da CEA. O mote foi a "vergonhosa" postura dos empresários, de acordo com a expressão de João Lourenço, face à linha de financiamento de mil milhões de euros do Deutsche Bank. Para mostrar que "não é uma vergonha de empresário", Francisco Viana devolve a crítica e faz questão de mostrar o que tem estado a fazer.

Por César Silveira

Antes de iniciar a entrevista, convidou-nos a conhecer o World Trade Center para, como disse, testemunharmos o seu trabalho enquanto empresário… Que projecto é este?
É um projecto à medida de Angola. Participamos e somos membros da organização dos World Trader Centers do mundo. Em termos de espaço territorial, cobrimos aqui cem hectares. O segundo maior projecto de World Trade Center a nível do mundo está localizado na Turquia e cobre cinquenta hectares. Quando acabarmos o projecto, teremos um milhão de metros quadrados, é um destaque na própria organização mundial dos World Trade Centers. Em vez de termos vergonha do que fazemos, temos muito orgulho.

Para quando a conclusão do projecto?
Já estamos com 80% das infra-estruturas organizadas como estrada, energia e água e fibra óptica. Estamos a fazer um projecto de categoria mundial.

Em quanto está avaliado o projecto?
Podemos dizer que nas dezenas de milhões de dólares. Estamos a falar de uma área coberta de um milhão de metros quadrados. Se for, no mínimo, de mil dólares por metro quadrado, vamos chegar aos mil milhões de dólares.

Disse que fez recurso a financiamento externo…
Pouca coisa. Para arrancar com o projecto, arranjei um financiamento a nível internacional e arranjei um banco nacional para fazer funcionar este financiamento.

O financiamento está pago?
Só temos um pequeno montante, nem chega a 100 mil dólares, por pagar.

E como é que alguém que consegue fazer recurso ao financiamento externo para este projecto não consegue concorrer à linha de financiamento do Deutsche Bank, a cuja fraca adesão o Presidente da República considerou vergonhosa?
Primeiro é que há uma grande diferença entre envergonhar o país e envergonhar o Presidente da República. Não envergonhamos o país, somos empresários, fazemos o nosso melhor para, dentro das circunstâncias, seguir o nosso papel, que é o desenvolvimento empresarial. Há um hábito de irem buscar dinheiro, pensando só nos grandes. É o caso desta linha tanto que o mínimo que se pode apresentar de garantia são dez milhões de dólares. Quantos angolanos têm dez milhões de dólarespara investir? O senhor Presidente da República deveria concertar connosco para irmos ao encontro daquilo que é o verdadeiro empresário angolano. O verdadeiro empresário angolano, até para ter cem mil dólares, hoje em dia, está com grandes dificuldades. Porque é que não negociamos para que estes mesmos mil milhões fossem canalizados para fazer projectos de um milhão, 500 mil dólares? Fazia uma grande diferença. Disseram que este financiamento é para programas estruturantes. Há alguma coisa mais importante que estruturar os pequenos e médios empresários? Não há. Sentamo-nos, o Presidente da República ainda só era candidato, apresentámos um conjunto de sugestões entre as quais, a mais importante, a criação de um conselho de concertação económica empresarial.

Há uma realidade que o Senhor Presidente precisa de dar conta: a classe empresarial angolana está completamente descapitalizada e descapacitada.

Mas foi criado este conselho ou grupo….
Não. O senhor Presidente juntou, no Centro de Convenções de Talatona, meia dúzia de pessoas que ele entendeu convidar de acordo com o seu critério e dentro destas pessoas nomeou uma que fosse falar de economia ou que fosse falar da educação. Ou seja, temos ali uma conversa com a sociedade civil e não com os empresários. E, lamentavelmente, por ele ser constantemente mal assessorado ao nível da comunicação e de imprensa, não deixa as pessoas falarem. Chama as pessoas, mas depois ninguém pode responder, ninguém questiona. Este não é um modelo que um líder deve ter, o líder deve falar, mas também ouvir, aliás, ouvir mais do que falar.

E qual seria o melhor modelo?
Nós apresentámos várias cartas ao Presidente, nenhuma delas teve resposta, em que falávamos do conselho de concertação económica empresarial. O que é o conselho de concertação económica empresarial? Um exemplo: o senhor Presidente da República conseguiu 1.000 milhões de euros, vamos sentar e, entre os interesses do Governo e a realidade do empresariado angolano, analisar como poderíamos articular para nos complementarmos e reforçar a economia com estes mil milhões. Isso chama-se concertação. A diferença com a auscultação é que, quando faço auscultação, chego, ouço e vou-me embora, enquanto, na concertação, eu não só falo, ouço, mas negoceio, chego a um plano operacional. O Presidente iria alinhar a sua equipa económica e não só, nós iríamos alinhar as nossas várias associações e juntos teríamos conseguido aproveitar não só estes mil milhões como mais mil milhões e mais mil milhões. É preciso também que o Presidente continue a fazer o combate à corrupção porque, senão, todos estes dinheiros só vão para o canal da corrupção como aconteceu com o dinheiro da China. E quando não conseguirem colocar neste canal da corrupção, o dinheiro vai voltar.

Voltando à linha de financiamento do Deutsche Bank…
Quando ouvimos dizer que agora o mais importante é a diversificação da economia, nós dizemos que isso é impossível. É impossível diversificar a economia sem primeiro pôr regras justas, sem primeiro afastar muito dos nossos concorrentes que eles próprios são os que estão a distribuir os dinheiros, são os governantes, fazem concurso, ficam com tudo. O próprio João Lourenço já tinha dito que isso era para acabar por isso é que o apoiamos.

Os empresários não têm culpa nenhuma pelo subaproveitamento desta linha de financiamento?
Há uma realidade que o Senhor Presidente precisa de dar conta: a classe empresarial angolana está completamente descapitalizada e descapacitada. Quando você verifica que os seus filhos não foram para a escola, estão raquíticos e não têm forças nas pernas, você não vai culpar os seus filhos. No mínimo, você vai meter a mão na consciência e dizer assim: 'eu, MPLA, governei durante 46 anos e não consegui capacitar os meus filhos'.

Mas um dos 'filhos', entenda-se o Grupo Carrinho, foi elogiado pelo Presidente João Lourenço, realçando que começou com pequenos negócios e hoje é o único grupo que conseguiu beneficiar da linha de crédito do Deutsche Bank…
Primeiro o que o Presidente fez a elogiar um único grupo angolano acho que, no mínimo, não é simpático para a classe empresarial angolana porque, de certeza, o próprio Grupo Carrinho saberá reconhecer que há mais grupos que também sabem trabalhar. Mais uma vez, o Presidente foi meter-se numa área que mais valia deixar à outra entidade pronunciar-se. O Presidente da República ainda está a tempo de vir conversar com os empresários e a pergunta que não se cala é porque é que até hoje o Presidente da República, desde 2017, quando apoiamos a candidatura dele, não se sentou com os empresários. Fomos convidados para participar numa iniciativa pelo ministro Manuel Júnior. Ligou para mim, pediu-me para ir até ao Palácio, e convidaram-nos para entrar no Grupo Técnico Empresarial. Quando o ministro de Estado convida a Confederação para entrar no Grupo Técnico Empresarial, só posso concluir que é uma iniciativa do Gabinete do Presidente da República. Mas a confusão do poder, pensar que o Grupo Técnico pode substituir a reunião e iniciativa de todos os empresários angolanos não, faz sentido. Não deve ser o Presidente da República a dizer quem representa o empresariado angolano, nem deve ser o Presidente a criar um gabinete que represente os empresários angolanos.

Volto ao elogio do Presidente a um grupo empresarial. Não é questionável que apenas uma empresa tenha conseguido ter acesso à linha de financiamento?

Não envergonhamos o país, somos empresários, fazemos o nosso melhor para, dentro das circunstâncias, seguir o nosso papel.

Não é questionável, é uma vergonha. O Presidente da República tem toda a razão: é uma vergonha, mas a vergonha é para a governação do MPLA. Não é vergonha do povo angolano, mas vergonha dos líderes que o povo angolano tem.

Mas esta empresa cresceu com esta mesma governação…
Mas este é um mistério que fica para resolver, porque é um mistério. Como é que todos angolanos não conseguem e apenas alguns conseguem, porque não é só a Carrinho, há as estrelas da companhia. Este nosso Governo tem algumas empresas que são estrelas, que levam tudo como o Governo anterior também tinha as suas estrelas, mas não vou entrar por aí, penso que é uma questão para a Procuradoria-Geral da República e da sociedade civil.

Determinado empresário defende que se está a combater o monopólio criando-se outros monopólios. Concorda?
O que se passou com o Grupo Kero, isso sim, é que é uma vergonha. Tiraram o Kero a um grupo empresarial angolano, alegando que tinha dinheiro de origem duvidosa e vai dar-se a um grupo eritreu que também tem sócios angolanos com rabo escondido, não há um critério transparente. Rebentaram com o Kero, rebentaram com o Candando e agora estão a entrar novos candidatos que também não se sabe qual é a origem do dinheiro deles, não existe nenhuma investigação que nos mostra de forma clara e transparente que eles são mais limpos que os outros. Isso, sim, é que é uma vergonha, tirar aos angolanos para dar a estrangeiros. Sou a favor do investimento estrangeiro, a única coisa de que não sou a favor é que os estrangeiros que venham para Angola sejam para comprar os nossos dirigentes e fazerem do país o paraíso deles e o inferno dos angolanos. Os estrangeiros que vierem para trabalhar normalmente são bem-vindos, mas o que vier para entrar no jogo da corrupção de alguns dirigentes é nosso inimigo.

Mário Mujetes © VE

No processo de privatização, nota sinais de estrangeiros que tenham vindo para entrarno jogo da corrupção?
O próprio facto de o Governo avançar para as privatizações, sabendo que o angolano está pobre. A grande maioria dos angolanos que tem dinheiro neste país, o próprio Presidente já disse, são os marimbondos. Então, estão a privatizar para os marimbondos e os amigos estrangeiros.

O Presidente, pelo menos, não se identifica como marimbondo já assumiu ter investimentos na agricultura e que muita da comida que comemos é produzida na sua fazenda…
Estamos a ver alguém que é membro do Governo. Deve estar a fornecer, se calhar, ao exército porque não vi nada no Mercado do 30. Deve estar a forneceràs instituições com bons contratos porque não estamos a ver nada. Mas também acredito que o que produz não chega para Angola toda. Agora, por exemplo, mandaram vir toneladas e toneladas de milho para Angola. Não seria mais fácil produzirmos aqui?

Haverá capacidade?
Há aqui uma coisa que se chama vontade política. Temos estado a propor o lançamento das pequenas moageiras. Existem as grandes moageiras, estão no Porto de Luanda e agora estão a montar outra no Porto do Lobito. Isto é para favorecer as empresas que importam e são projectos de milhões em que todos têm estrangeiros no comando, nomeadamente libaneses a comandar o negócio do pão e do trigo. Toda esta área eles é quem dominam. Agora os eritreus e turcos tambémestão a entrar no negócio. Não é mais fácil e mais patriótico, em vez de fazerem moageiras nos portos para financiar os filhos dos outros, fazerem centenas de pequenas moageiras no Huambo, no Uige, etc.? Uma

Continuação na página 6

Entrevista

Continuação da página 5

vez o Presidente da República disse que 'grão a grão a galinha enche o papo', então porque é que não começamos aqui? Sabe quanto tempo se leva a produzir o milho? Três meses. Quase o mesmo tempo necessário para comprar o milho no estrangeiro e chegar aqui, ser embalado e distribuído.

Portanto, o milho importado para a Reserva Estratégica Alimentar poderia ser adquirido internamente?
Ser produzido aqui porque temos um vizinho que é um dos maiores produtores mundiais de semente, a Zâmbia. Também devíamos apoiar os produtores nacionais de sementes. É um crime aquilo que se fez com o petróleo, agora está a fazer-se com a agricultura. Já devíamos estar a vender gasolina e continuamos sem refinaria porque há quem ganhe a importar gasolina. Também há quem ganhe a importar sementes.

Em ano eleitoral muita coisa acontece. Também pode concretizar o desejado encontro entre o Presidente e a classe empresarial?
Costumo dizer que nunca é tarde, mas 'a mulher de César não só tem que ser séria, tem que parecer ser séria'. Nesta reta final o que podemos fazer? O que é que este Governo, depois de ter perdido estes cinco anos de oportunidade, está em condições de fazer? Só distribuir dinheiro à toa que é o que talvez se esteja a preparar para fazer. Pegar no erário, ir com os capatazes das eleições e distribuir, mas qual é a seriedade disso? Todo o mundo recebe, passado um tempo estraga tudo outra vez. Por isso é que não podemos embarcar neste tipo de soluções eleitoralistas. Angola precisa de reencontrar-se com ela mesma, precisa de rever e reformar o Estado, conforme está não serve Angola.

Em Setembro concedeu uma entrevista à Radio Essencial que foi retomada pelo Valor Económico em que se manifestou favorável à alternância do poder...
Temos de pensar o seguinte, pôr todos os angolanos a pensar. Será que vamos permitir que, mais uma vez, sejam os partidos políticos a comandar a vida de toda uma nação? Será que a sociedade civil não tem o direito de começar a exigir mais dos partidos, seja do MPLA, seja da Unita? Será que nós, como cidadãos, estamos a fazer a nossa parte ou também estamos naquela gula de uma 'fezada' (tacho) ou uma nomeação e não fazemos a nossa parte? Temos Angola que merecemos e, se Angola está assim, o grande culpado é o povo angolano. E se Angola quer mudar, então o grande vencedor tem de ser o povo angolano. Temos de saber quem são os partidos que estão disponíveis para avançar com uma assembleia constituinte, fazer uma Angola através de reformas do Estado, através do pacto do social, então vamos pôr todo o mundo a pensar, sociedade civil, as religiões... Já agora, estou a dar em primeira mão: brevemente daremos uma conferência de imprensa, vamos avançar com o congresso da nação que vai ter lugar em Maio.

O que será?
Significa que a sociedade civil vai convidar os partidos políticos candidatos a governo a pronunciarem-se sobre o que pretendem fazer.

Acredita na participação do MPLA?
Já falei com alguns dirigentes do MPLA, com dirigentes da Unita, dirigentes da Frente para a Democracia, dirigentes do PRA-JA. A reacção em relação aos dirigentes da Frente Patriótica Unida é boa. Relativamente a alguns dirigentes do MPLA, a reacção é expectante. Não dizem que não vão participar, mas vamos ver de que forma é que vão participar porque, como sabe, ainda ontem o presidente da Unita, Adalberto Costa Júnior, fez um apelo para que o Presidente João Lourenço avance para os debates.

Acredita que teremos debates com todos os candidatos ou cabeças-de-lista nas eleições?
Quem não for para debate perde a credibilidade porque já não é com maratonas que nos vão convencer. Queremos saber dos políticos o que é que pretendem fazer do país, porque, mesmo que a Unita ganhe e entre com estes poderes que o MPLA tem, não vai prestar um bom serviço à nação.

Para o Presidente João Lourenço, a Unita o que mais sabe fazer é patrocinar actos de vandalismo…
Mas o Presidente é só uma pessoa, Angola tem trinta milhões de pessoas. A opinião dele é boa, mas vamos ouvir o que é que Angola fala e é bom ouvir o que Angola fala, porque Angola não está contente, está com miséria, está com fome, os angolanos estão a emigrar. Angola está a deixar de ser país onde se possa viver e temos a responsabilidade de parar com isso.

A história do país mostra que tem sido assim. O povo reclama, o partido no poder, conhecendo o povo que tem, muda as coisas nos últimos seis meses antes das eleições e…
Quando assustarem já está. O que é que o MPLA quer que já está? Já tem água? Não. Já tem luz? Não. Angola está melhor? Não. Então já está o quê? Endrominaram-nos? Não nos vão endrominar.

Então acredita mais no "2022 vão gostar"?
Sou a favor da alternância democrática, o país tem que mudar. O meu pai pode ser muito bom a conduzir, mas a minha mãe também sabe conduzir, os meus irmãos também sabem. Porque é que só o meu pai tem direito de conduzir quando até está cansado, está velho ou já bebeu? Ainda vai conduzir, vamos todos partir a cara na parede. Tem que haver alternância em qualquer parte do mundo para uma boa democracia, uns entram, outros saem. A alternância é salutar e o MPLA não pode ter medo de ir para a oposição. A oposição também é um sítio digno onde se aprende muito e se pode fazer muito para o país.

Não será o povo que tem medo da alternância?
Tem medo porque está a ser amedrontado e ameaçado. Só que desta vez o povo vai pôr tudo.

Acredita que, depois deste primeiro mandato que lhe foi dado praticamente pelo ex-Presidente, João Lourenço está preparado para deixar o poder sem que tenha um mandato conquistado pela sua governação?
O presidente Trump também gostaria de ter ficado mais um mandato e não ficou. Isso tem a ver com a governação de cada um. Uns merecem dois mandatos, outros só um. O povo é quem vai decidir. Não se pode culpar o Presidente pela governação de um conjunto de pessoas, o Presidente João Lourenço não está sozinho, representa 46 anos de governação onde ele participou com os mais altos cargos. Não se pode dividir o partido com um antes e um depois. É essa governação de 46 anos que tem que ser melhorada. Achoque o MPLA deveria aproveitar descansar um bocado, fazer uma autocritica, ver onde é que falhou, ver porque é que já não tem alternativas, porque é que teve de abrir o comité central, mais parece uma feira de vaidades e de amizades.

Não concorda com este alargamento do comité central do MPLA?
Não é a maneira mais correta de alargar o comité central, primeiro. Segundo, um partido em que todos são do comité central… Antigamente ser do comité central tinha uma mística, agora qualquer 'puto' é do comité central.

Mas os tempos mudam, as organizações renovam-se, reinventam-se…
Mas quando você vê gente de qualidade fora do comité central e gente sem qualidade no comité central. Quando você olha bem para o perfil das pessoas; quando você vê como é que está o bureau político; quando vê o MPLA antigo, que era de políticos e o MPLA actual em que lá já não vê quase político nenhum, você se pergunta que MPLA é esse?

É contra os partidos políticos com uma forte presença de tecnocratas?
A política não é feita para tecnocratas, é feita para políticos. Não podemos ser de um partido político e não nos preocuparmos com a vida das populações, isso não é tecnocrata, isso é amor ao povo, vontade de servir o povo. Depois vou contratar um tecnocrata para o governo e mesmo alguns tecnocratas têm de ter sentido político para saberem que quem nos dá o emprego é o povo, quem merece ser servido é o povo.

Mas quem governou durante os 46 anos são os políticos que supostamente têm qualidade…
Não estou a dizer que têm qualidades, estou a dizer que a política se faz com políticos. Quando você olha para um partido político e vê que uma boa parte dos que estão lá não entendem nada de política, são mais bajuladores, oportunistas e muitos deles gangsters…

E que opinião tem da criação do grupo de conselheiros, constituídos por políticos mais velhos?
Acho que o conselho dos mais velhos é sempre importante, é preciso saber se estes mais velhos podem ou não falar porque a experiência que tive dentro do meu partido, que é o MPLA, sempre demonstrou que, quando quisesse falar, me mandavam calar, não conseguia falar, já expliquei isso. Os mais velhos estão talvez

Perfil

Empresário e militante convicto

Francisco Viana, natural de Golungo Alto, Kwanza-Norte, é presidente da Associação Empresarial de Luanda e fundador do Fórum dos Empresários de Língua Portuguesa. Já foi catalogado de "patrão dos patrões", título que agora rejeita. Assumido militante do MPLA, sendo actualmente membro do Comité Provincial de Luanda, considera-se um "militante triste e calado."

O que é que este Governo, depois de ter perdido estes cinco anos de oportunidade, está em condições de fazer? Só distribuir dinheiro à toa que é o que talvez se esteja a preparar para fazer.

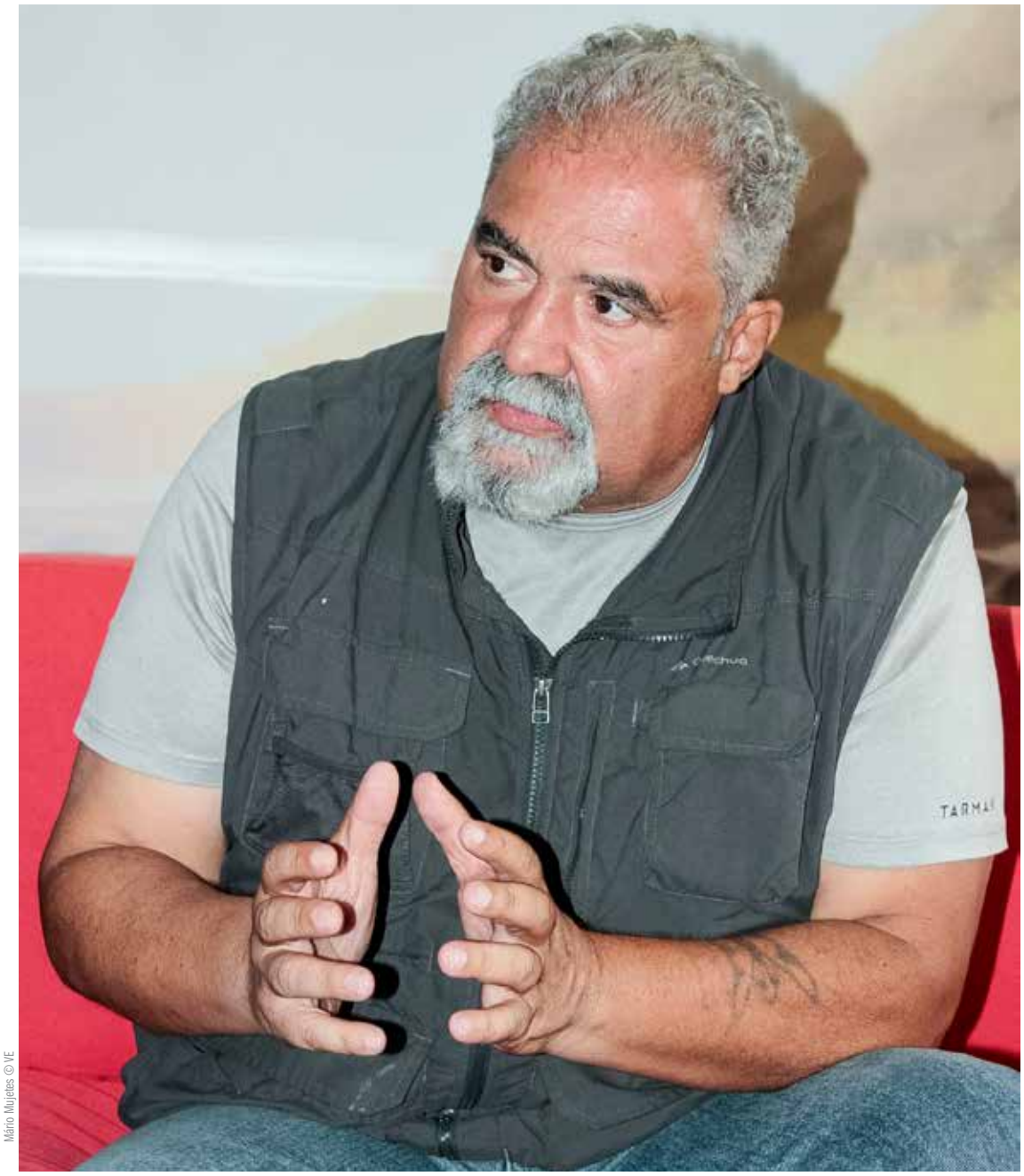
Há um hábito de irem buscar dinheiro, pensando só nos grandes. É o caso desta linha tanto que o mínimo que se pode apresentar de garantia são dez milhões de dólares.

aí para decorar, para dar a ideia de que estamos unidos.

Na entrevista de Setembro, defendeu o regresso de José Eduardo dos Santos para unir os angolanos. José Eduardo dos Santos já está em Angola. Correspondeu à sua expectativa?
Pelas imagens que vi do presidente José Eduardo dos Santos, percebi que ele fisicamente não está em plena força e, quando um homem com aquela idade não está fisicamente em plena força, é natural que as ideias dele também não se imponham. Masaquilo que também me pareceu é que há espécie de um pacto do silêncio para não prejudicar o partido, é a ideia com que fiquei. Tanto que este congresso não trouxe nada de novo, continua o "quando assustarem já está". Não ouvi dizer quando vão resolver o problema da luz, da água, da fome, até dizem que a fome é relativa. Quando uma liderança pensa que a fome é relativa, mas quando a pessoa que está a passar fome sente o estomago, desmaia ou morre porque não comeu, para este a fome não é relativa.

Mas parece que o povo recebeu esta descrição do Presidente sobre a fome de forma natural?
Quando não há mais nenhuma outra opção, senão a revolução, a revolução acontece e neste momento, faceàs injustiças, ás grandes diferenças entre uns que têm tudo e o povo que não tem nada, não vai dizer que o povo recebe com naturalidade, o povo está zangado, está triste, está humilhado. A tropa não tem dinheiro, os polícias não têm dinheiro, a bófia não tem dinheiro, ninguém tem dinheiro, o dinheiro não circula.

Eventualmente foi ameaçado ou recebeu alguns conselhos na sequência da entrevista que concedeu em Setembro? Foi muito crítico!
Não recebi nenhuma ameaça, recebi questionamentos, queriam saber se eu tinha saído do MPLA ou não. Respondia que ainda não tinha saído mas que ponho esta possibilidade em cima da mesa porque não estou a ver grandes mudanças. Ameaças, estou habituado a ser ameaçado. O meu avô paterno chama-se Gervásio Ferreira Viana, é fundador número 1 da Liga Nacional Africana. O meu pai, Gentil Ferreira Viana, fundador do MPLA, torturado, furaram-lhe o olho só porque disse que, no MPLA, tinha muita corrupção e que era preciso acabar com o presidencialismo. Passados mais de 40 anos, o Presidente João Lourenço vem falar a mesma coisa. Três anos na cadeia torturado nem sequer uma carta a pedir desculpa porque ele não fez nada, foi preso político. De quem? Do MPLA. Quando o meu pai morreu, teve enterro de Estado, pediram para falar mal do MPLA, mas não aceitei.


Mário Mujetes © VE

Diz que está a analisar o que pode acontecer. Acredita em mudanças que lhe possam mover não só a manter-se no MPLA como a trabalhar activamente para a vitória do MPLA?
A minha conversa com o MPLA acabou, não tem mais conversa. Disse o que tenho para dizer, dei a possibilidade de me fazer ouvir, não me quiseram ouvir, não se mostraram sensíveis. Se não se mostraram sensíveis, a conversa acabou, já não temos mais nada adizer uns aos outros, é só desejar boa sorte ao MPLA, que faça uma boa campanha, mas do meu lado não vão contar.

Ao desejar boa sorte ao MPLA, está a desejar a vitória?
Desejando boa sorte significa que não se metam a fazer batota porque essa é a sorte que podem ter, apoiar umas eleições justas e transparentes porque, se entrarem pela via da batota, Angola vai ser levada a ferro e fogo e é isto que a gente não quer. Que ganhe o melhor.

Para 2022 foi aprovada um pacote financeiro para os pagamentos dos atrasados às empresas nacionais. Disse que o dinheiro não está a circular, este pacote vai permitir certamente alguma liquidez, mas há quem defenda tratar-se de campanha eleitoral. Que leitura faz?
Acho que deve lembrar-se dos empresários das dívidas, são aqueles que não fizeram nada e receberam milhões à pala da dívida. Como o sistema continua pouco transparente, o que vai acontecer é que aqueles que trabalharam muito não vão receber e aqueles que nada fizeram vão ter milhões no bolso.

Tem atrasados a reclamar?
Não quero falar da minha situação particular porque não me parece que deva reclamar questões pessoais em público. Mas conhecendo o universo dos meus associados, há muita gente que trabalhou para o Estado e que não recebeu mas, conhecendo o historial, também sei que muita gente que nada fez assinou uns papéis, fez umas correções e recebeu centenas de milhões, são os tais empresários da dívida. Não me estranha nada que, neste momento, as pessoas bem comportadas, bem alinhadas possam ver muito dinheiro a entrar nos seus cofres, mas não há cofre que possa comprar a dignidade de um povo e é uma boa oportunidade para vermos realmente se o nosso povo tem dignidade ou não.

Além da "vergonha", referindo-se aos empresários, que outra declaração o Presidente lhe chamou atenção?
O presidente diz que falou com os empresários, mas não falou

Presidente disse que falou e sempre que possível fala….
Não é assim que se fala com os empresários. Temos que institucionalizar o diálogo entre o Governo e as associações empresarias. Quer dizer, que tem que ter hora marcada, local, delegações de um lado e de outro, tem que ter regimes de funcionamento, actas. Tudo isso é que vai ajudar o Presidente da República e toda a sua equipa a dizer sim estamos em diálogo. Enquanto o diálogo for de cima para baixo, não é diálogo, é uma orientação superior, não há parceria. Você escreve uma carta ao Presidente, não tem resposta, isso é que é uma vergonha. O Presidente da República recebeu várias pessoas, recebeu quatro associações, das quais duas são nossas associadas. Acontecem coisas no gabinete dele que, se calhar, ele nem sabe. Fui convidado para o Conselho da República, quem me telefonou foi o Edeltrudes, eu estava fora. Disse-me para me apresentar numa sexta-feira. Quando o Presidente da República convida um cidadão para um órgão desses,só temos que agradecer, dizer que é uma honra e uma ordem. Então, comprei bilhete de regresso, estava no aeroporto para embarcar, telefona-me o Edeltrudes a dizer que "não é bem assim, mas vamos utilizar para o desenvolvimento com os negócios com a China". Eu mandei dizer que não estava satisfeito. Até hoje ninguém se dignou a receber-me para me explicar para que palhaçada foi aquela.

Suspeita de alguma coisa?
Claro que suspeito. Que há alas mais radicais que não queriam ter uma pessoa não controlável e, se calhar, aconteceram movimentações no palácio, mas, para mim, tanto faz porque não fui eu quem pediu. Agora, quando me convidam e depois há este destrato, quer dizer que o gabinete do Presidente no mínimo não está a ter a delicadeza suficiente para tratar estes assuntos. Como você viu, sou empresário e não preciso de receber nada e nem estou atrás de nenhum tipo de financiamento, porque tenho medo de pedir dinheiro e depois não pagar, estou sempre com muito cuidado.

Economia/Política

REA COMEÇOU A SER OPERACIONALIZADO EM DEZEMBRO

Especialistas divergem sobre importação para reserva alimentar e questionam dados da Agricultura

PRODUÇÃO. Produtores, empresários e agrónomos lançam várias dúvidas sobre a operacionalização da reserva e a sua atribuição a uma única empresa.

Por Isabel Dinis e Júlio Gomes

A Reserva Estratégica Alimentar (REA) começou a ser operacionalizada no final do ano passado, com 11 produtos e desde essa altura que se instalaram várias polémicas em torno de todo o processo. Desde as dúvidas sobre a empresa que está a gerir a REA à importação dos produtos que fazem a reserva, e ainda pela forma como serão disponibilizados os produtos.

Ao *Valor Económico*, produtores, empresários e agrónomos divergem sobre vários pontos. Há quem acredite que Angola não precisa de importar determinados produtos e outros argumentam que, sem importação imediata, não é possível constituir a reserva alimentar.

O proprietário da fazenda Vinevala, Alfeu Vinevala, nota que Angola só tem condições de fazer reserva de milho e feijão apenas com a produção nacional. E os restantes produtos devem mesmo ser importados, para já.

Alfeu Vinevala explica que o país tem, por exemplo, duas fases de produção. E, para adquirir esses produtos para a reserva, o Governo deve apenas criar um fundo e ficar "atento". "Esta reserva vai acudir nas fases em que a produção é escassa. O país produz volume de produção de milho já muito superior, mas não há a atenção para controlar. Neste momento, o país tem muito feijão", afirma.

O empresário critica os governantes e garante que o país já "produz muito milho" e a informação só não chega ao conhecimento do público, porque "não se ouve a voz" dos que produzem. "Os produtores no Sul estão a produzir muito. Na semana passada, estive em seis províncias. O que estou a ver de produção o país já deixou de fazer há muito tempo", insiste.

MEMORIZE

● **A REA** foi lançada com objectivo de regular o mercado e influenciar a baixa de preços de produtos alimentares essenciais que integram a cesta básica.

Com o início da operacionalização, serão colocados, de imediato, no mercado até 354 mil toneladas de alimentos, aumentando progressivamente até chegar às 520 mil toneladas de produtos.

Já o agrónomo Fernando Pacheco acredita que Angola "não tinha a possibilidade" de fazer a totalidade da reserva com a produção nacional. "Infelizmente, as estatísticas são o que são e têm pouca credibilidade. E, quando surgem situações como esta, a verdade vem ao de cima", afirma.

O agrónomo assegura que todos os dados divulgados, na comunicação social, sobre os milhões de toneladas que Angola produz "não são verdadeiros". "Isso faz com que não haja possibilidade de fazermos a reserva com recurso à produção nacional".

Fernando Pacheco realça, no entanto, que isso "não significa que Angola não possa definir uma estratégia que possa contribuir para alavancar a produção nacional e ver até que ponto ela pode contribuir com parte".

O agrónomo também rebate as declarações de alguns ministros, que ocuparam a pasta da agricultura, sobre a capacidade de Angola conseguir, em poucos anos, atingir a auto-suficiência alimentar. "Não passam de intenções voluntaristas e não há hipóteses, porque a produção está aquém das necessidades", argumenta.

Fernando Pacheco critica também a atribuição da gestão da reserva a apenas uma empresa, a Gescesta, ligada ao Grupo Carrinho, lembrando que Angola tem uma "má experiência" com os monopólios. "Tudo o que significa demasiada concentração não é positivo. Os processos de grande dimensão têm sempre problemas de gestão e desvios na medida que não temos capacidade de gerir processos complexos. Dir-me-ão que é uma empresa privada. Que seja privada, porque vimos, ao longo dos anos de reconstrução nacional, empresas privadas que falharam completamente. Se uma empresa privada tem capacidade de fazer cinco, não se deve pedir para fazer cinco mil. A empresa que venceu o concurso não tem experiência nesse tipo de gestão. Se não tem, não deve começar com volumes de grande dimensão", alerta.

O secretário-geral da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), José Katiavala, entende que é "possível Angola suportar a reserva com a produção nacional, mas alerta para a "falta de investimentos sérios" na agricultura que inviabilizaram essa possibilidade.

DADOS PRELIMINARES indicam que a produção petrolífera de Angola, em Dezembro, foi de 1,15 mbd representa um aumento de 68 mil barris/dia face a produção de 1,082 mbd de Novembro.

José Katiavala afirma que os últimos relatórios do Ministério da Agricultura provam que o país tem um défice na produção de cereais.

Na campanha agrícola de 2019/2020, a produção de cereais foi de três milhões de toneladas e o país tem uma necessidade de consumo de milho de cinco milhões de toneladas. "A medida do Governo é legítima. São os Estados que devem assegurar a alimentação das populações. Um Estado que não consegue assegurar o direito de as pessoas se alimentarem correctamente pode ter a sua soberania beliscada", defende.

Um outro agrónomo, que não quis ser identificado, salienta que o Estado tinha capacidade de fazer reserva com a produção nacional e que a forma como o processo está a ser gerido passa a ideia de quem está à frente "não sabe o que é uma REA". O agrónomo adianta que "só não foi feita a REA com a produção nacional porque dá trabalho e não daria tanto dinheiro para os bolsos das pessoas". O agrónomo questiona-se o porquê de o Ministério do Comércio gerir a reserva quando naturalmente a entidade que o devia fazer seria o Ministério da Agricultura. "São coisas que não fazem qualquer sentido. O processo já esteve com o Ministério da Agricultura e não sei como foi parar ao Comércio. E não se fazem reservas com tantos produtos. Bastava uns quatro ou cinco. Outro erro é incluir produtos não secos na reserva", observa.

O ***Valor Económico*** apurou que, quando esteve em discussão a proposta da reserva no Ministério da Agricultura, apenas cinco produtos faziam parte da lista. Inicialmente, foram equacionados o milho, açúcar, sal, trigo e óleo vegetal. Depois houve a necessidade de incluir mais um, o arroz.

O líder dos empresários do Cuanza-Norte, Gilberto Simão, defende que o Governo devia impor-se nessa importação de produtos da cesta básica, porque, de contrário, só estará a facilitar a vida aos cartéis que há muito mandam no mercado. "As importações devem ir a concurso e serem bem vigiadas. Se o importador manuseia 100 milhões de dólares para colocar aqui o milho, ou o arroz, devia ser obrigado a aplicar 10% desse valor para alavancar a produção interna", sugere.

Gilberto Simão, que também é presidente da Associação dos Industriais de Panificação de Angola, não tem dúvidas de que "a nossa economia está nas mãos de cartéis financiados pelos países de origem, com taxas de juros baixos" e aponta que "isso não deixa margem para o empresário local".

O empresário confidencia ter um amigo no Cuanza-Norte que abandonou a produção de arroz, porque o produto importado ficava 50% mais barato. "Se o arroz do meu amigo chegava ao mercado a 300 kwanzas e o do importador era vendido a 150 kwanzas o quilo, não houve outra hipótese senão fechar a área de cultivo", lamenta. "Estamos a pregar no deserto. Se não houver vontade política para resolver os problemas, nada vai acontecer. Ficará tudo na mesma, ou seja, importar, importar, importar, porque estamos no ano do imediatismo eleitoral", insistiu ainda Gilberto Simão, resumindo que "Presidente João Lourenço está rodeado de pessoas que o mentem, porque, na prática, não há nada".

200

Milhões, valor inicial a ser aplicado no REA

520

Mil toneladas, quantidade que vai constituir a reserva

Para o economista Maurício Munene, "é realmente dicotómico". "Se, por um lado, se quer reduzir importações como consta de programas de Governo fundamentalmente do Prodesi, por outro, é o mesmo Governo que importa o milho, produto de maior e forte produção nacional, mas, ainda assim, tem coragem de relativizar a fome. Enfim, está difícil compreender essa situação". Por isso, o economista acha que adquirir no mercado nacional traria múltiplas vantagens, incluindo a melhor via de potenciar e fomentar a agricultura, o agricultor e as famílias.

"É a melhor forma de substituição da importação. E a única forma de acabar com a fome e a miséria, ao passo que à administração local caberia a tarefa de reparar e recuperar as vias de acesso ao campo", defendeu.

DADOS DA AGRICULTURA DUVIDOSOS

Os dados divulgados sobre a produção agrícola são, muitas vezes, questionados. José Katiavala diz que Angola precisa de saber a sua produção e reforça que as estatísticas que têm sido feitas são, amiúde, questionadas. O responsável nota que foi lançado o centro agro-pecuário que se espera que possa dar resposta a estas situações. "O Ministério da Agricultura tem uma palavra a dizer nisso tudo", finaliza.

ACÇÃO DA REA

A REA foi lançada com objectivo de regular o mercado e influenciar a baixa de preços de produtos alimentares essenciais que integram a cesta básica.

Com o início da operacionalização, serão colocados, de imediato, no mercado até 354 mil toneladas de alimentos, aumentando progressivamente até chegar às 520 mil toneladas de produtos.

Farinha de milho, de trigo e de mandioca, massango, açúcar, óleo alimentar, feijão, arroz, sal iodizado, peixe seco e frango constituem os alimentos seleccionados para assegurar a Reserva Estratégica Alimentar na primeira fase. O 'stock' inicial da REA está avaliado em 200 milhões de dólares.

A Gescesta foi a empresa escolhida pelo Ministério do Comércio para gerir o processo. A empresa pertence aos grupos Carrinho e Gemcorp. Dois dos grupos citados muitas vezes como sendo os privilegiados do Governo de João Lourenço. A Gescesta foi criada em Maio deste ano, segundo o Novo Jornal, com 100 mil kwanzas. Em Dezembro, a empresa foi dada como vencedora do concurso para gerir a REA.

Economia/Política

DEFENDEM ECONOMISTAS

Fundo atesta incapacidade da Aipex e expõe investimentos a maiores taxas de risco

FINANCIAMENTO. Intenção do Governo de criar um fundo de investimento directo estrangeiro e financiamento de projetos específicos é sinal da "incapacidade" da Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações de Angola (Aipex) de atrair investidores ao país.

Por Guilherme Francisco

O Presidente da República autorizou, em despacho n.º 6/22 de 6 de Janeiro deste ano, a contratação, por ajuste directo, do grupo Rotschild & Co para apoiar a criação de um fundo de investimento directo estrangeiro e financiamento de projectos específicos. A contratação do grupo, que desponta desde o século XVIII, custou 480 mil euros, valores inscritos no Programa de Investimentos Públicos. Para os economistas António Estote e Daniel Sapateiro, a decisão é uma clara demonstração da "incapacidade" da Aipex, à semelhança da antecessora Apiex, de atrair investidores estrangeiros ao país, além de entenderem que se trata de uma intenção eleitoralista.

"Vem demonstrar que o papel da Aipex e de outras instituições do Estado vocacionadas para a captação de investidores estrangeiros tem sido insuficiente. A estatística mostra que estamos a substituir investimento directo estrangeiro na indústria petrolífera, que representa mais de 90%, por eurobonds. Este fundo vem tentar avaliar se é possível conseguirmos investidores estrangeiros com um fundo ou não, mas é um atestado de incompetência à Aipex e às instituições que a antecederam porque não conseguiram atrair investidores", entende António Estote.

O economista alerta que o 'sucesso' do fundo depende do aperfeiçoamento do clima de negócio, acabando com as burocracias administrativas que têm propiciado a corrupção, a título de exemplo no tratamento das licenças e acesso ao direito de superfície. A isso junta-se a qualidade dos potenciais beneficiários, gestores e outras que, eventualmente, inibirão os investidores ou obrigação de uma taxa de rentabilidade muito alta e atractiva para cobrir o risco.

"Se a taxa de inflação for alta, o ambiente de negócio não for dos melhores, se houver muita corrupção, burocracia, os investidores vão cobrar um prémio de risco maior. Ou seja, se, para um negócio na América, eles cobram o prémio de risco1% ou 2,5%, para Angola, com estas limitações todas, o prémio será, por exemplo, 25%. No final do dia, o que vai acontecer é que o custo de financiamento deste fundo será extremamente alto porque o retorno que vão exigir será alto", repara, explicando que, com as actuais condições, os investidores preferiram comprar títulos no Bank of America a aplicar num país do terceiro mundo.

O também economista Eduardo Manuel chama atenção para o reforço dos mecanismos de 'due diligence' no sentido de "evitar possíveis burlas." E entende que o fundo será vantajoso na medida em que o Estado angolano captar mais investimentos directos externos à boleia da prestigiada consultora contratada. Todavia, à semelhança de Estote, assinala que o êxito está refém de um conjunto de condições. Por exemplo, melhorar os serviços básicos, infra-estruturas portuárias e aeroportuárias. "Melhorias no sistema financeiro nacional para que os investidores possam ter segurança nas suas transacções, das redes viárias, cooperação entre as instituições de ensino e as empresas, das condições de acesso às tecnologias de informação e comunicação, reforço do diálogo entre as associações empresariais e o Executivo, bem como a revisão da política de imigração, a fim de se rever o prazo de validade dos vistos e autorizações de residência, bem como as condições de acesso ao estatuto de residentes e a nacionalidade angolana", resume.

No entanto, Daniel Sapateiro realça a necessidade de se investir fortemente na formação com vista a aumentar a produtividade e, consequentemente, impulsionar o ainda indesejável ambiente de negócios. "É preciso investir no ser humano, em termos de educação e saúde, desporto, habitação, para que a mentalidade esteja focada para o desenvolvimento, para a melhoria da qualidade dos produtos e serviços, da produtividade que é um gravíssimo problema nacional. Enquanto isso estiver em segundo plano, as melhorias serão reduzidas e prolongadas no tempo e o povo tem expectativas e sonhos", explica.

O objectivo da intenção de criação do fundo é captar quotistas que comprem participações e, posteriormente, alocar em investimentos directos em Angola. E António Estote acredita, desde já, que o mesmo será sediado entre os mercados financeiros de Singapura, Nova Iorque e Londres. Contudo, mostra-se céptico quanto à captação de investimento ainda este ano caso venha a ser constituído.

Das 423 intenções de investimento registadas desde a criação, em 2018, até ao terceiro trimestre de 2021, a Aipex só viu concretizados efectivamente 114 projectos.

PRESIDENTE João Lourenço aprovou despesa de mais de 8,435 mil milhões de kwanzas, cerca de 15,8 milhões de dólares, para obras de adequação do Edifício Muxima Plaza para instalar a IGAE, dos quais pouco mais de 3,662 mil milhões são para aquisição de mobiliário e equipamentos informáticos.

Em 2022, o controlo das despesas dos fundos especiais passa para as Finanças

NO OGE 2022

Presidente da República e Finanças trocam tarefas

LEI DO ORÇAMENTO. Divulgação trimestral da execução orçamental passa a ser responsabilidade do Presidente que deixa de estar obrigado a regulamentar as despesas dos fundos especiais de segurança, cujos relatórios de prestação de contas passam a ser submetidos ao Ministério das Finanças.

Por Redacção

O OGE 2020, que está em execução desde os primeiros dias deste mês, traz uma alteração nas atribuições do Presidente da República e do titular da pasta das Finanças, passando o Presidente a ser o responsável pela publicitação trimestral do resultado da execução orçamental.

"As informações relativas a cada trimestre do exercício económico de 2022 devem ser publicitadas no prazo máximo de 60 dias após o encerramento do trimestre", lê-se na Lei do Orçamento Geral de Estado de 2022, que atribui tais competências a João Lourenço.

Em 2021, no entanto, foi sobre o Ministério das Finanças que recaiu o dever de publicitar, trimestralmente, o resultado da execução do OGE. O órgão dirigido por Vera Daves tem, aliás, publicado os dados do segundo trimestre, estando em falta o relatório referente ao terceiro trimestre que deveria ser publicado até ao último dia de Novembro. As Finanças têm ainda até ao último dia de Fevereiro para tornar pública a execução referente ao último trimestre de 2021.

Com as novas regras orçamentais, o Ministério da Finanças passa a ter o controlo da prestação de contas dos fundos financeiros especiais de segurança, tarefa antes reservada ao Presidente da República. "O Relatório de Prestação de Contas deve ser submetido ao órgão responsável do Departamento Ministerial das Finanças Públicas, para efeito de reconciliação na Conta Geral do Estado", atesta o documento que aprova o OGE 2022.

MEMORIZE

● **No orçamento** deste ano, desaparece assim o dever do Presidente da República de regulamentar a utilização e prestação de contas destes Fundos Financeiros Especiais de Segurança.

No orçamento deste ano, desaparece assim o dever do Presidente da República de regulamentar a utilização e prestação de contas destes Fundos Financeiros Especiais de Segurança, tal como definido em 2021. "A forma de utilização e de prestação de contas dos Fundos Financeiros Especiais de Segurança é regulamentada pelo Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo", constava na Lei do orçamento passado.

No entanto, não existem dados a comprovarem a regulamentação destes fundos pelo Presidente da República. Em Junho de 2021, na sequência do conhecido 'caso Major Lussaty', o Valor Económico questionou diversas instituições ligadas à elaboração do OGE mas nenhuma conseguiu garantir a regulamentação da referida despesa. Na ocasião, a Presidência da República, através do seu centro de imprensa, atribuiu ao Ministério das Finanças a responsabilidade de esclarecer a não regulamentação dessas despesas.

Para diversos especialistas consultados, o 'caso Major Lussaty', que revelou supostos esquemas de desvios de vários centenas de milhões a partir das contas dos serviços de segurança, expôs fragilidades consideráveis no uso do 'Fundos Financeiros Especiais de Segurança'.

SE GOVERNO PROVINCIAL DE LUANDA NÃO CUMPRIR PRAZOS

Lixo pode voltar a 'atormentar' Luanda no segundo trimestre

SANEAMENTO. Empresas contratadas no ano passado mantêm serviços, mas dão prazo de três meses para o Governo encontrar solução. Fonte do GPL assegura que novo concurso público será realizado justamente dentro de três meses.

Envirobac pode reduzir força de trabalho em 50%

Mário Mujetes © VE

Por Mateus Mateus

Os contratos entre o Governo da Província de Luanda (GPL) e as operadoras vencedoras do polémico concurso público para a limpeza da capital, realizado no início do ano passado, venceram a 31 de Dezembro último e, até à data, não há certeza da realização de um novo concurso.

As empresas continuam a trabalhar, agora subcontratadas pela Elisal, e garantem que só podem aguentar até mais três meses. Caso os prazos não sejam compridos, avisam, poderão abandonar os trabalhos, o que poderá levar Luanda a ser invadida novamente por amontoados de lixo.

O contrato vencido vigorou por nove meses e ficou marcado por controvérsias, sobretudo, pela entrada de novos operadores sem histórico de actividade no sector. O contrato, assinado na sequência de um concurso público de carácter emergencial, acabou também firmado sem a homologação do Ministério das Finanças, além de se ter verificado a participação directa da Presidência da República, que disponibilizou, de modo excepcional, 34,9 mil milhões kz para a gestão do lixo.

Enquanto se aguarda pelo novo concurso, as empresas ChayChay, Sambiente, Envirobac e a pública Elisal continuam a fazer a limpeza e recolha dos resíduos na capital sem contratos do GPL, com excepção da Er-Sol, destacada no município do Icolo e Bengo, que já "atirou a toalha ao tapete"e paralisou os trabalhos.

O GPL passou o controlo da situação à Elisal, atribuindo-lhe a responsabilidade de negociar e subcontratar os operadores privados para, num período de três meses, assegurarem a limpeza da capital, enquanto se prepara para implementar a municipalização da contratação das empresas, depois do fracasso de Janeiro, previsto em despacho pela governadora em 2021.

As empresas que se mantêm em operação queixam-se, no entanto, de inúmeras dificuldades, sendo que algumas receberão apenas 50% do valor, se comparados aos montantes dos contratos de 2021.

O Valor Económico sabe que a Envirobac que, em 2021, foi contratada para limpar o município de Talatona, agora poderá reparti-lo com a Elisal. Por esta razão, a empresa vê-se forçada a despedir 50% dos 400 trabalhadores directos que tem. Fonte da empresa justificou que a Envirobac é de grande porte e não tem muitos clientes particulares.

A pública Elisal, na altura da contratação, ficou com os municípios do Cazenga e Luanda e, em Outubro, foi-lhe atribuído os municípios de Cacuaco e Belas, após o GPL rescindir os contratos com as empresas Multi-Limpeza e Jump Business. Através de um novo instrutivo, o GPL atribuiu também à operadora pública os municípios de Talatona e Kilamba Kiaxi, onde pode terceirizar os serviços.

MEMORIZE

● **Os contratos** assinados no início do ano estão vencidos desde Dezembro de 2021, aguardando-se pelos novos acordos. Operadoras diz-se com forças para esperar por três meses.

CONCURSOS SÓ DAQUI A TRÊS MESES

Ao Valor Económico, uma fonte oficial avançou que o Governo de Luanda prorrogou para mais três meses a realização de um novo concurso público, situação justificada com o incumprimento de disposições previstas no despacho de 2021. O documento estabelecia que, a partir deste mês, as contratações das operadoras de limpezas passariam para a alçada das administrações municipais.

O CONSELHO de administração do BNA passa a contar com 11 membros, dos quais cinco administradores executivos, desde esta segunda-feira com a nomeação de seis administradores não executivos.

ENDE NO MOXICO

Gestores públicos acusados de fraude com contadores de energia

O director provincial da Empresa Nacional de Distribuição de Energia (Ende), no Moxico, Manuel Nascimento, acusa os directores provinciais de fraudarem os contadores para evitarem o pagamento da energia.

A denúncia foi feita numa reunião da Comissão Provincial de Gestão da Cidade do Luena, em que mencionou que a fraude é praticada não só por directores dos gabinetes provinciais, mas também por chefes de departamentos. "Há directores que fazem fraude nos contadores e, por vezes, recebemos ameaças quando efectuamos cortes por falta de pagamento", insistiu o responsável, citado pela Angop.

As empresas públicas e privadas do Moxico devem actualmente 1,1 mil milhões de kwanzas e o director da Ende entende que esta dívida impede a empresa de fazer aquisição de material eléctrico para permitir a expansão da rede nos bairros periféricos.

1,1

Mil milhões kz, valor da dívida dos clientes da Ende, no Moxico.

DEPOIS DOS ACORDOS FALHADOS

Canal Zap Viva fecha portas e deixa mais 500 no desemprego

O canal ZAP VIVA anunciou que vai fechar definitivamente as portas, depois de, na manhã desta terça-feira (11), reunir com os trabalhadores para pôr fim ao vínculo laboral com os mais de 500 funcionários que agora estão lançados ao desemprego.

O processo gradual de despedimentos começou em Outubro do ano passado, mas a empresa cumpriu com o pagamento dos salários até este mês de Janeiro. Uma fonte da administração disse ao Valor Económico que, apesar de emitir em Portugal e em Moçambique, o canal não conseguiu captar publicidade no mercado local para assegurar o funcionamento da empresa, acrescentando que foi tomada a decisão porque a "situação se tornou insustentável".

A extinção do canal resulta da sua suspensão, em Abril de 2021, pelo Governo por alegadas "inconformidades legais". Constavam, no mesmo processo, os canais Record TV África e Vida TV (também já extintos).

DE JURE

POR DISTÚRBIOS EM LUANDA

Arrancou julgamento de 29 detidos

O tribunal de Luanda começou hoje a julgar 29 pessoas detidas em Luanda, na sequência dos distúrbios que tiveram lugar ontem segunda-feira (10) durante a paralisação dos taxistas, noticiou a TPA.

O balanço inicial da polícia apontava inicialmente a detenção de 17 jovens suspeitos de actos de vandalismo e arruaça, que incluíram queima de pneus e barricadas em estradas, um autocarro e um comité do MPLA incendiados, circulação cortada em algumas vias, ameaças e tentativas de linchamento de jornalistas.

O julgamento sumário vai decorrer na 6.ª secção do tribunal provincial de Luanda, mais conhecido como 'Dona Ana Joaquina'. Estradas cortadas, enchentes nas paragens, distúrbios e revolta de populares marcaram na manhã de ontem às primeiras horas da paralisação dos taxistas, convocada por três associações de taxistas.

A greve foi convocada pela Associação Nova Aliança dos Taxistas de Angola (Anata), Associação dos Taxistas de Angola (ATA) e Associação dos Taxistas de Luanda (ATL), que repudiaram e se demarcaram dos actos de vandalismo.

Ainda ontem, segunda-feira, o secretário MPLA em Luanda, Bento Bento, acusou que elementos da Unita, estariam ligados ao vandalismo, o que o partido do 'galo negro' desmentiu, recomendando antes ao Governo que "resolva os problemas do povo".

Quer a Unita, quer o MPLA condenaram veementemente os incidentes.

Pedro Lusssaty, o major no centro da 'Operação Caranguejo'

CASO LUSSATY

Tribunal ouve 51 arguidos em instrução contraditória

Começou, esta terça-feira, a instrução contraditória do conhecido Caso Lussaty. Oficial da Casa Militar do Presidente da República, Pedro Lussaty foi detido em Maio do ano passado na posse de malas com avultadas somas de dinheiro. No processo estão arrolados 51 arguidos incluindo oficiais ligados à Presidência da República. São acusados de branqueamento de capitais, peculato e abuso de poder.

A instrução contraditória permite ao juiz decidir se existem provas suficientes para que o processo avance para julgamento ou não.

O jurista Manuel Pinheiro explica que esta fase constitui apenas "um acto preparatório para o juiz pronunciar", o que, do ponto de vista jurídico, significa que, depois desta fase, o processo estará pronto para o julgamento, "porque há indícios bastantes de que os [arguidos] cometeram os crimes de que vêm acusados".

Entretanto, o juiz pode despronunciar, o que significa que a acusação que tinha sido formulada pelo Ministério Público não reúne condições para seguir o próximo trâmite, que é a introdução dos autos à pronúncia e o consequente julgamento", esclarece o jurista. Pedro Lussaty, major das Forças Armadas, chefe das Finanças da banda musical da Presidência da República, foi detido quando alegadamente transportava duas malas carregadas com 10 milhões de dólares e 4 milhões de euros durante a operação 'caranguejo'.

A prisão de Lussaty causou a exoneração do general Pedro Sebastião, antigo ministro de Estado e chefe da Casa de Segurança do Presidente da República.

Pedro Sebastião foi substituído por Francisco Furtado, que tem a responsabilidade de reestruturar o Sistema de Defesa e Segurança.

KEIKO ERIKAWA

A 'criadora' dos videojogos no Japão

CARREIRA. Incentivou mulheres a interessam-se no desenvolvimento de videogames e está na origem dos jogos românticos dirigido também a mulheres.

Keiko Erikawa entrou, em 2021, na lista das dez mulheres mais ricas do mundo

Por Redacção

Depois de, em 2021, entrar na lista das dez mulheres mais ricas do mundo, Keiko Erikawa volta a estar numa selecção restrita da Revista Forbes que, desde Junho de 2021, lança as 50 mulheres com mais de 50 anos que se desatacam em diversas categorias. Com 73 anos, a japonesa está entre as mulheres que mais se destacam na no continente asiático.

Keiko é conhecida por ter incentivado a entrada de mulheres na indústria dos jogos numa altura que, no Japão, apenas homens estavam interessados e dominavam a ciência da programação. Keiko e o marido, Yōichi Erikawa, fundaram, em 1978, a Koei (actual Koei Tecmo), empresa japonesa que se dedica ao desenvolvimento e distribuição de videogames. Em 1990, sugeriu a criação da Ruby Party, equipa de desenvolvimento de jogos virados para o público feminino. Quatros anos depois, lançaram o Angelique, que é o primeiro otome (simulação de namoro para mulheres) do mundo. Seguiram-se outros tantos, como a produção da Koei Tecmo como de empresas concorrentes.

Até 1983, altura em que a empresa laçou o Nobunaga's Ambition, um dos seus jogos de sucesso, a Koei só tinha uma mulher na sua equipe de desenvolvimento. E, desde então, Keiko decidiu avançar com o recrutamento de mulheres para trabalharem no desenvolvimento de videogames, assim como pensou na criação de jogos voltados para mulheres.

Em 2014, em entrevista por ocasião dos 20 anos do lançamento da Angelique, lembrou que não foi fácil encontrar mulher com o perfil procurado, ou seja, estudantes de programação. Optaram por recrutar com o sentimento de estarem a praticar um acto de responsabilidade social.

MEMORIZE

● **A japonesa** sugeriu em 1990 a criação de uma equipa que se dedicaria exclsuivamente ao desenvolvimento de jogos para o público feminino. Assim surgiu o jogo Angelique.

"Levou muito tempo para acostumar as nossas funcionárias a fazer videogames", recordou, na ocasião, acrescentando que nenhuma das mulheres contratadas tinha experiência. Como resultado, levou mais de 10 anos para a Koei começar a contratar mais mulheres depois que época Angelique foi lançado.

Keiko Erikawa foi diretora executiva da Koei Tecmo até 2002. A empresa, que é negociada na Bolsa de Valores de Tóquio, registou 11 anos consecutivos de lucro líquido recorde, com ganhos de 262 milhões de dólares em vendas de 534 milhões de dólares no ano fiscal encerrado em Março de 2021.

Apesar dos 73 anos, é descrita como não mostrando sinais de desaceleração, mas passou a diretora externa da empresa e, desde Junho de 2021, é a única mulher no conselho da empresa de investimentos SoftBank Group.

(In)formalizando

Mário Mujetes @ VE

PROGRAMA DE RECONVERSÃO DA ECONOMIA

Demora na emissão de documentos atrasa formalização de comerciantes

MERCADOS INFORMAIS. Programa está instalado, para já, em dois mercados em Luanda, mas espera-se que, até Março, seja implementando praticamente em todo o país.

Por Mateus Mateus

Vendedores dos Mercados do KM 30, Luanda Sul e Sanzala, em Viana, e do Kikolo em Caucuaco, onde as brigadas do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) já se fazem presentes, queixam-se de pouca informação sobre o programa, e quem já foi cadastrado aponta excessos de burocracia e morosidade na emissão dos documentos.

A coordenadora do Mercado do Luanda Sul, que não queria ser identificada, diz que ela e grande parte dos vendedores estão insatisfeitas com o atendimento. "Eles vieram aqui e não atenderam todos os vendedores da praça e os que eles atenderam não lhes deram os documentos, têm de seguir onde eles vão", desabafa.

Maria Conceição, vendedora do Mercado 30, diz, por sua vez, estar "cansada" com o tempo que leva para conseguir tratar dos documentos que lhe permitem formalizar o negócio. "O atendimento é muito lento, já ficámos sem vender quando viemos aqui e só conseguimos tratar de um documento por dia. O atendimento começa muito tarde, fui cadastrada no Mercado 30, no Luanda Sul, consegui o cartão de bancada, agora espero conseguir aqui no mercado da Sanzala o NIF e o registo na segurança social", adianta a vendedora, visivelmente esgotada.

Por outro lado, Claudina Manuel Adão, comerciante de cerveja no Mercado do Kikolo, explica que decidiu enfrentar a longa fila e suportar o sol para ver formalizado o negócio. "Vim tratar dos documentos para entrar na caixa social e conseguir o meu NIF, para ver se me podem dar 200 ou 150 mil kwanzas para aumentar o meu negócio", anseia.

Já o presidente da Associação dos Vendedores dos Mercados Informais, Óscar Cristóvão, que também acompanha a equipa do PREI, critica a comunicação da equipa de trabalho com os vendedores e lamenta por ver a sua agremiação colocada de fora do processo. "Muitos vendedores não sabem o que realmente se passa, era bom que formassem uma brigada só para a informação. Os vendedores procuram-nos, se nós não estamos integrados não conseguimos atendê-los", desabafa o líder associativo, que avança também ser este "o melhor programa de protecção social". Por isso, apela para maior seriedade aos responsáveis.

Uma fonte ligada ao programa garantiu, entretanto, ao Valor Económico, que têm disseminado a informação para todos os vendedores. "Não estamos muito preocupados que a mensagem seja totalmente do domínio dos vendedores, mas estamos interessados que isso aconteça gradualmente e o 'marketing bocal' nos tem ajudado", adiantou a fonte, que admite haver processos e documentos não concluídos nos mercados, tendo em conta que têm de "atender uma campanha e, ao mesmo tempo, atender as rotinas de trabalho, é pesado".

O PREI tem disponíveis 2 mil milhões de kwanzas para conceder crédito aos comerciantes, sendo que estes serão capacitados na gestão de negócios. O montante mínimo para o crédito é de 50 mil e o máximo é de 7 milhões de kwanzas, a serem reembolsados em dois anos.

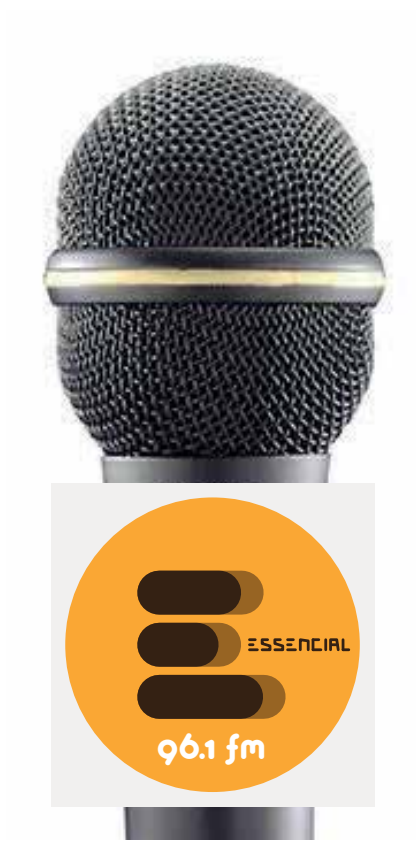
O programa marca presença simultânea em dois mercados, estando agora no Mercado da Sanzala, em Viana, e no Mercado do Kikolo, em Cacuaco. Na segunda quinzena deste mês, espera-se que o programa chegue ao Huambo, Huíla, Benguela, Bié e Cuanza-Sul. Em fevereiro, deverá ser a vez do Cunene, Namibe e Cuando-Cubango e, em Março, Lundas Norte e Sul, Moxico Bengo, Cabinda, Malanje e Zaire.

MEMORIZE

- **O PREI** é composto pelos serviços da Direcção Nacional de Identificação, Registo e Notariado, administrações municipais, AGT, GUE, Inefop, Inapem, INSS e sociedades de microcrédito. Já cadastrou 28 mil vendedores e 11 mil destes formalizaram a actividade comercial.

O QUE É ESSENCIAL NOS DIAS DE HOJE?

96.1 fm



Opiniões

Alves da Rocha,
economista

Novas eleições, velha política económica?

Em plena campanha eleitoral – que já está em curso desde há algum tempo, mormente pelo partido da situação, visível pela colagem de cartazes, pelo hastear de bandeiras em tudo quanto é canto, pelas inaugurações, pelos comícios e através de outras manifestações – avizinha-se o momento (sabe-se que será em Agosto, mas desconhecem-se o dia e a hora) em que os cidadãos e cidadãs vão, de novo, exprimir as suas opções políticas, ocorre perguntar em que medida essa consulta poderá/deverá influir no curso da política económica que vem sendo praticada, sem alterações de fundo, desde 2002 e cujos contornos globais são conhecidos. E cujos resultados sociais são igualmente sabidos e de onde aflora uma divergência profunda entre a função de preferência colectiva, representada pelas famílias e a função de preferência estatal, representada pelo partido político governante.

As avaliações oficiais relacionadas com o Programa do Governo apoiado pelo Fundo Monetário Internacional (a inversa também é verdadeira, ou seja, Programa do Fundo Monetário Internacional apoiado pelo Governo) são positivíssimas, como se a economia e a sociedade se esgotassem nos ajustamentos macroeconómicos. Sem dúvida necessários, mas nunca em sobreposição das necessidades básicas da população, dos seus interesses mais prementes, da solidariedade (João Lourenço, na sua tomada de posse em Novembro de 2017, prometeu uma sociedade onde a prática da liberdade, da igualdade e da fraternidade fosse o novo paradigma de um regime e de uma sociedade diferentes da anterior) e do crescimento económico.

Num vídeo, que se tornou viral nas redes sociais, a Professora Maria da Conceição Tavares, economista e académica da Pontifícia Universidade de S. Paulo (Brasil) afirma contundentemente: "uma economia que não se preocupa com a justiça social é uma economia que condena os povos a uma brutal concentração de renda e de riqueza, ao desemprego, à miséria e à fome" (sem comentários adicionais sobre este fenómeno em Angola, que parece não existir para a minoria governante). E acrescenta: "Uma economia que diz que precisa, primeiro, estabilizar, para depois crescer e distribuir é uma falácia, porque nem estabiliza, cresce aos solavancos e não distribui; a habilidade está em alcançar, ao mesmo tempo, os propósitos de estabilizar, crescer e distribuir". E alguns dos mais brilhantes Prémios Nobel de Economia já explicaram como isso é possível.

Este é um tema estruturante da campanha eleitoral: como estabilizar provocando o crescimento económico com distribuição de renda, ou a estabilização estará no fim da cadeia de entrelaçamentos: crescer, distribuir e estabilizar? Como os dois principais partidos vão lidar com estes encadeamentos estratégicos da política económica e do modelo de crescimento?

Por força das circunstâncias ou por intenção deliberada, a única política económica coerentemente praticada em Angola nos anos mais recentes foi uma política de curto prazo (daí o estabilizar a todo o custo, de preferência com sacrifícios), dando-se primazia absoluta à superação do défice externo, do défice fiscal interno e utilizando como instrumentos privilegiados o arsenal de meios de que, tradicionalmente, dispõe a política monetária: taxas de câmbio, taxas de juro, taxas de desconto e redesconto, taxas de juro e plafonds de crédito.

Os instrumentos de natureza orçamental encontraram-se relativamente bloqueados, enquanto meios de política económica com habilidades para pontapear a economia para outros patamares de crescimento e de criação de emprego. Sem a influência criativa do petróleo ("se os mercados petrolíferos entrarem em declínio, é toda a economia nacional que entra em stress", citação de memória de uma afirmação da ministra das Finanças), atestando o carácter vincadamente de curto prazo de toda a abordagem estratégica do desenvolvimento económico no país. Consequentemente, o social fica afectado.

O social não se esgota nas verbas orçamentais para a educação, saúde e protecção social. O social é gerador de valor agregado para a economia e não apenas o produtivo (o que se sabe sobre isto em Angola? Para os interessados em aprofundamentos ver Jean Tirol, A Economia do Bem Público e Mariana Mazzucato, O Valor de Tudo – Fazer e Tirar na Economia Global). Mas esta visão não existe nos documentos de políticas públicas oficiais, considerando-se apenas como um sorvedor de recursos financeiros do Estado (e o que importa é aumentá-los sempre, sem se cuidar do custo-benefício). É devido a estas visões "do tipo estabilizar primeiro e crescer depois" que o país está num longo ciclo de "recessoflação" (classificação inexistente nos Manuais de Ciência Económica, mas que esclarece bem situações de convivência entre a recessão/estagnação e a inflação). O que pensam os partidos políticos a estes propósitos?

Afinal a política monetária não tem sido competente nem para travar a subida dos preços e estabilizá-los em patamares conciliáveis com as condições de vida da população e os processos decisórios da economia empresarial e muito menos para promover o crescimento da produção pela via do investimento privado.

No "the day after" do governo saído das eleições legislativas deste ano é crível que os responsáveis pela política económica se defrontem com as interrogações seguintes: como relançar o crescimento económico sem produzir défices excessivos na balança de pagamentos? Como negociar com o Fundo Monetário Internacional sem reduzir ainda mais o nível médio de vida da população? Como negociar com a sociedade civil a distribuição igualitária dos sacrifícios do crescimento económico? Como negociar com os credores estrangeiros os reescalonamentos da dívida pública externa em situação de estagnação da economia (crescimentos do PIB de 2,4% ao ano são claramente insuficientes para a sua sustentabilidade).

Esta e outras questões não são susceptíveis de respostas apenas técnicas, mas sim de resposta políticas. E as respostas políticas dependerão da personalidade dos políticos que governarem, mas principalmente da natureza dos governos que os políticos integrarem.

E os desafios para a próxima legislatura requerem respostas adequadas, rápidas e prontas, longe da célebre frase de António Machado (1874-1939): "caminante, no haycamino Se hacecamino al andar", ou abreviadamente, o "caminho faz-se caminhando".

A expressão Brain Drain faz referência aos profissionais especializados em áreas do mercado de trabalho.

Do acordo de mobilidade na CPLP à ameaça do Brain Drain no contexto angolano

Edivaldo João, Senior Consultant EY, People Advisory Services

Com o advento da globalização, nas últimas décadas, e a necessidade de se fazer negócios num cenário internacional, a mobilidade de Pessoas e bens tem sido um dos principais facilitadores deste fenómeno e, consequentemente, um tema quente nas agendas das nações, sobretudo em África.

Recentemente, os angolanos foram surpreendidos com a ratificação do acordo de mobilidade na CPLP, por parte do estado angolano. Como tal, este foi um dos temas mais discutidos nas redes sociais e nos meios de comunicação. Infelizmente, o conteúdo do acordo gerou algumas interpretações precipitadas e equivocadas, por parte dos cidadãos. Ainda assim, estas interpretações equivocadas deixaram um alerta para um tema extremamente relevante, mas que tem sido ignorado em Angola, bem como noutros países africanos, o Brain Drain, em português, a fuga de cérebros de uma região para outra.

A expressão Brain Drain faz referência aos profissionais especializados em áreas do mercado de trabalho, dotados de um alto conhecimento no seu campo profissional, e que migram de países pobres ou com poucas oportunidades laborais para centros mais desenvolvidos que carecem de suas habilidades. Estes profissionais são atraídos por trabalhos no estrangeiro, tendo melhor remuneração, benefícios e reconhecimento e, ao mesmo tempo, a oportunidade de desenvolver pesquisas, tecnologias e outros temas inovadores no país acolhedor, deixando o país de origem desprovido de competências críticas para o seu desenvolvimento socioeconómico.

Os Objectivos de Desenvolvimento Sustentáveis da ONU 2030 estabelecem práticas a serem adoptadas pelos países membros, para fomentar o desenvolvimento sustentável no mundo. Para África os ODS 2030 apresentam um desafio extra, devido às adversidades socioeconómicas que o continente tem vindo a enfrentar há décadas.

Contudo, os ODS 4 (Educação de Qualidade), 5 (Igualdade de Género) e 8 (Emprego Digno e Crescimento Económico) parecem fazer parte das agendas das nações africanas, ainda que os resultados continuam a não ser de todo satisfatórios, deixando os traços de um caminho longo, ainda por se caminhar.

Nos últimos tempos, o executivo angolano tem apresentado várias iniciativas, de forma a contribuir para o desenvolvimento do país e, ao mesmo tempo, manter-se alinhado com os ODS 2030 supramencionados. Destas iniciativas pode-se destacar o PAPE (Plano de Acção de Promoção da Empregabilidade), o "Programa de Reconversão da Economia Informal" (PREI) e o Programa Nacional de Formação de Quadros (PNFQ). Todas estas iniciativas têm como objectivo primário desenvolver o Capital Humano angolano, de forma que este possa ser capaz de dar respostas adequadas e atempadas aos desafios socioeconómicos que o país tem vindo a enfrentar.

Os benefícios da livre circulação de Pessoas e bens são claros, tendo em conta os seus impactos directos no desenvolvimento socioeconómico das nações. No entanto, a livre mobilidade de cidadãos dentro de um determinado espaço "físico", também acarreta alguns aspectos negativos e um deles é, sem sombra de dúvidas, a fuga de cérebros.

No contexto africano, o Brain Drain torna-se um fenómeno muito mais crítico, uma vez que ao longo dos tempos, um dos principais desafios que os países africanos têm enfrentado reside precisamente na qualificação do seu Capital Humano, de forma a puderem dar respostas adequadas aos desafios que África tem enfrentado.

No caso de Angola, fica a questão para reflexão. Havendo um acordo de livre circulação entre os países membros da CPLP, abrangente a todos os cidadãos, no qual existiria a isenção de vistos de curto prazo para os passaportes ordinários, será que Angola conseguirá competir com Portugal, Brasil ou outro país, de forma a reter os seus quadros em Angola? ou como indica a tendência, assistiríamos ao agravamento da fuga de cérebros angolanos para outros países da CPLP, em busca de outras condições socioeconómicas? E por fim, que impacto este fenómeno teria nas iniciativas desenvolvidas até agora, com o objectivo de capacitar o Capital Humano angolano? Que impacto teria no plano de reconstrução nacional de Angola?

O presente artigo foca-se principalmente no contexto angolano, mas de acordo com os dados do site da The Global Economy, especializada em gestão de dados de negócio e económicos para mais de 200 países, são bastante preocupantes, relativamente à questão da fuga de cérebros nos países da CPLP. No ranking da Global Economy, Angola ocupa a posição 76 dos países que mais se destacam nas questões de fuga de cérebros, para outros países, a nível mundial e a posição 38 a nível de África. O ranking é liderado pela Samoa com 9.9 e Jamaica com 9.0, a nível mundial e Somália com 8.8 a nível de África. O ranking é organizado com base numa escala de 0 a 10, onde 10 representa o maior índice de fuga de cérebros. Angola regista um score de 6.00, valores situados acima da média mundial que é 5.25, mas ainda abaixo da média africana que é 6.57. Nos restantes países da CPLP, o destaque vai para Cabo Verde que ocupa a 5.ª posição com 7.70, Moçambique que ocupa a 12.ª posição, com 7.30, Guiné-bissau que ocupa a 19.ª posição com 6.90 em África. Relativamente ao ranking mundial, temos Cabo Verde na 13.ª, Moçambique 24.ª posição e Guiné-Bissau na 35.ª.

Relembra-se que os benefícios da livre circulação de pessoas e bens são notórios e não são colocados em causa neste artigo.

Opiniões

E agora, sr. general, vamos fazer como?

António Vieira, ex-director da Cobalt Angola

Há alturas em que damos connosco a dizer que certas perguntas valem milhões. Não é este o caso. Pelas regras do mercado, esta pergunta só valeria milhões se eu fosse o único a fazê-la. Neste caso, o que deve valer milhões é a resposta. E agora, Sr. General, é caso para se perguntar: "vamos fazer como"?

Normalmente, quando se chega à quinta classe, o jovem estudante tem a obrigação de saber ler e escrever e, como tal, deve começar a imaginar como será o seu futuro académico e não só. Começa a pensar que certas brincadeiras já não são para a sua idade. Começa a ter interesses maiores, brincadeiras novas, desporto mais variado, e, em alguns casos precoces, a beleza das miúdas. É por volta da quinta classe que quase todos começamos a ter "miúdas", pelo menos imaginárias. "Ele é o meu namorado, mas não sabe de nada. É segredo". Em suma, nesses cinco anos de experiência dirigida, se for bem dirigida e orientada, melhoramos o nosso ser, lemos muita coisa, muita coisa nova, crescemos e, sobretudo, fazemos amigos. Tudo isto parece ser o ciclo natural do crescimento, da evolução, da nossa afirmação, da relatividade do nosso mundo pequeno. Na nossa pequenez.

Lá fora, no mundo dos adultos em que lentamente nos tornamos, não é bem assim.Mas deveria ser. Ninguém nasce 'PCA' do que quer que seja, porém, começa-se no primeiro ano e evolui-se. No nosso circo político, está determinado um ciclo "evolutivo" de cinco anos. No nosso ciclo político, candidatamo-nos porque nos sentimos capazes e vamos para a rua gritar bem alto o que podemos fazer. Sobretudo o que podemos fazer melhor que todos os outros. O que podemos inovar. Que podemos fazer a diferença. Prometemos fazer a diferença sempre de acordo com os nobres interesses de quem vota. De quem acredita em nós. De quem acha que somos "bons". Do povo. Prometemos tudo, mesmo o que nem sequer sabemos ser o que e como é. Prometemos o que temos, e, triste, o que não temos. Prometemos. E com essas promessas, por vezes, enganamos o povo. Essa é a natureza do ciclo político universal, junto ao qual nós, também parece, querermos estar. Sim, até estarmos lá, parece querermos estar. Afinal de contas, querer é poder.

E foi mais ou menos assim que tudo começou, Sr. General. Acredito ter sido assim que o Sr. General prometeu "corrigir o que está mal e, melhorar o que está bem". Acredito ter sido assim que o Sr. General que disse que "ninguém é tão poderoso que não possa ser punido, nem tão pobre que não possa ser protegido". Afinal de contas, o que se passou nos últimos cinco anos?

Andávamos quase todos por aqui a clamar por justiça. Afinal de contas, quem não quer justiça? Talvez aqueles a quem o Sr. General chamou de "marimbondos". Por razões de justiça, esses camaradas deveriam ser publicamente designados para que todos nós ficássemos a saber quem são. É uma questão de justiça e igualança, porque afinal de contas a justiça deve ser inalterável para todos. Só que não foi bem isso o que vimos nestes cinco anos. A justiça não teve o que deveria ter e acabou por proteger os poderosos e punir os pobres através dessa mesma protecção. Prenderam-se os camaradas Tomás e São Vicente e muito pouco mais. Os marimbondos eram só mesmo esses dois? Se eram só esses dois, para quê falar deles? E o caso do São Vicente parece mesmo ter embarrado: "nada de novo". O que, aliás, era previsível.

Mas não foram só os "businheiros" da justiça que falharam. Falharam também os construtores e reparadores de estradas. As nossas estradas não convalesceram nem um só quilómetro. Pode haver alguns troços onde se nota alguma melhoria, porém a linha mediana está muito abaixo do que estava. Alguns troços pioraram de tal maneira que hoje parecem mais picadas do que estradas asfaltadas. Nessas condições, a produção dos nossos heróis da agricultura apodrece antes de chegar aos mercados, para além de danificar muito seriamente os meios de transporte. Até o combustível falta no interior do país por causa da falta de manutenção das vias. Pior de tudo isso são as mortes precoces dos nossos automobilistas. Ainda por confirmar, dizem-me que, no ano findo, morreu mais gente nas

Sim, a fome que só não vê quem é insensível. Há tempos alguém terá dito que a administração não ouve. Porém, ver é assunto diferente.

estradas do que de covid. Os responsáveis pelas nossas estradas deveriam ser chamados a justiça por todos aqueles que perderam os seus entes queridos por causa do estado das mesmas.

E por falar em mortos nas nossas estradas, podemos falar do estado da nossa saúde. O paludismo continua a matar sem dó nem piedade. É o que mais mata aqui entre nós. E, desventuradas as nossas grávidas que continuam a parir em condições lastimáveis. Muitas vezes no chão. Sem apoio de quem quer que seja. Sem os paliativos dos dias de hoje, muitas vezes sem sequer água quente para a higiene básica. E a família, lá fora no passeio esburacado adjacente a maternidade, à espera que alguém surja a pedir o que seja para apoiar a parturiente, muitas vezes corrida a bastonada pelos sipaios de hoje, mais violentos do que os de ontém. Até parece que as nossas crianças nascem para sofrer. E as que não conseguem sofrer, morrem logo a seguir como consequência. Eu, que até nasci no quintal debaixo duma mandioqueira! Só que a minha mãe foi assistida pelas velhas Vungi e Esperança. Elas sabiam o que fazer….

Mas não é só a saúde, as estradas, ou a justiça que estão mal. A nossa juventude está desempregada. E isso, Sr. General, é fundamental para a saúde política do país. Com o desemprego da franja mais dinâmica da sociedade, e a fome a ela associada, desenvolve-se um relativismo que relativiza todas as teorias de relatividade relativamente bem conhecidas. Parece confuso? Sim, é muito confuso e estamos sujeitos a um alude daqueles a quem o Sr antes de si, o Arquitecto da paz, chamou de desesperados há alguns anos. Exactamente aqueles que ao ouvirem as suas promessas saíram à rua e o elevaram ao poder. Entre muitos desses, estão aqueles que se esforçaram para fazer um cursito qualquer e que hoje não conseguem usar. Muitos que tristemente vendem bugigangas, quinquilharias e demais bufarinhas entre as filas dos carros de condutores doentes que se aventuram nas nossas estradas esburacadas e sobrelotadas para lhe darem o privilégio de, ao fim do dia, não morrerem da fome duma forma relativa.

Sim, a fome que só não vê quem é insensível. Há tempos alguém terá dito que a administração não ouve. Porém, ver é assunto diferente. Quem não vê atropela todos os outros e, se calhar, é isso que as centenas de crianças e demais maltrapilhos que de cócoras esperam que quem pode lhes traga a saída do boteco um pacote de massa ou de arroz sentem. Acredito que se sintam atropelados por aqueles janotas e catitas que descem do Lexus (ou será Nexus?) entram no espaço comercial com as mãos a abanar e saem de lá com a carriola carregada de coisas, coisinhas, pacotes, chocolates e sei lá que mais e nem sequer lhes trazem um pacotinho de esparguete ou uma lata de sardinhas. É na relatividade das nossas compras que fazemos a nossa fome relativa relativizando a relatividade da ostentação com a mais relativa opulência. Na realidade, até nós, os que conseguem "ir às compras", sentimos uma fome relativa pela falta de ostras, trufas e caviares nas estantes das Shoprites cá da terra.

Em 2017, surgiu um pico de confiança no país. Acções do executivo rapidamente corroeram esse pico e acabaram com o que restava de confiança dos potenciais investidores que para cá quisessem vir e assim influenciar o crescimento do país pelo menos até que essa confiança se comprovasse

Muitos de nós andamos pela nossa nguimbi a clamar por educação. Entre 2018 e 2021, o que se fez no sector da educação? Temos de ser sinceros: não se fez nada que não fosse a coreia dos titulares. A certa altura, pareceu que a coisa poderia mexer, mas a máquina engasgou logo à partida. Não houve investimento tangível no sector. O número de professores não aumentou em paralelo com o número de estudantes. Nem se fez nada para melhorar a qualidade dos que por lá andam. E, com sensação de picante no olho, a já indigente compensação salarial dos nossos educadores não se moveu em paralelo com o aumento do custo de vida. Os professores, que já viviam mal, vivem agora pior, mais necessitados que antes. E a colmatar esta desgraça, temos as poucas escolas públicas em baixa de carteiras para os estudantes para além de todas as outras deficiências. Estamos indo de mal a pior.

Em 2017, surgiu um pico de confiança no país. Acções do executivo rapidamente corroeram esse pico e acabaram com o que restava de confiança dos potenciais investidores que para cá quisessem vir e assim influenciar o crescimento do país pelo menos até que essa confiança se comprovasse. Os "aventureiros" do petróleo, até agora o melhor aliado do Governo angolano, nem sequer se interessou pelas oportunidades que lhes foram servidas de bandeja. Ofereceu-se a travessa do gás e criaram-se outros benefícios. Colocaram-se à disposição novas áreas de exploração. E mesmo assim o namoro murchou.

Há dias um velho amigo disse-me que o "problema de África são as gentes dos quartéis, habituadas a dar ordens a soldados, se alojarem no governo. Não são PCAs por treino ou vocação. As chefias estão habituadas a dar ordens a soldados e pouco mais. Não estão treinados para a administração civil. Não sabem lidar com civis. Não têm uma visão global da sociedade que não seja a das armas. Querem exigir de civis lealdade militar. Muito honestamente, pensam que todos os problemas se resolvem com "contendas". E, ainda por cima, têm a convicção de que são heróis e que sem eles a máquina não funciona." Fiquei estupefacto, pois, nunca havia pensado nesses termos!

Estamos em 2022. E agora, Sr General, vamos fazer como? Precisamos agora mais do que nunca de corrigir o que está mal e melhorar o que está bem. E o povo, o nosso povo, continua a querer ganhar. O futuro promete.

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...

Assinaturas:
assinaturas@gem.co.ao
comercial@gem.co.ao

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA
Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792
Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

Opiniões

Reserva Alimentar vs. Segurança Alimentar

José Carlos Bettencourt, Engenheiro Agrónomo

Ou muito me engano, ou nunca se falou tanto da Reserva Estratégica Alimentar, vulgo REA, como hoje. São comentadores de rádio, é nas redes sociais ou nas conversas do dia-a-dia ou ainda em encontros via Zoom. Contudo, nota-se, a todos os níveis, uma falta de rigor gritante quanto ao conceito em si e quais os verdadeiros objectivos do que se está a implementar. Ouve-se falar que chegou ao Porto do Lobito, X mil toneladas de milho para a REA. Todos se indagam, importado? Porquê? Não há milho no País? Mas a REA não deveria ser constituído com produção nacional? Nota-se uma enorme falta de comunicação e quem comunica demonstra um constrangedor desconhecimento do que é efectivamente a REA e quais devem ser os seus objectivos ou quais as razões da sua criação. Ainda antes da pandemia do covid-19, quando se realizou o balanço sobre o cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, notou-se que, o ODS 2.1, "assegurar o acesso de todas as pessoas a uma alimentação sã, nutritiva e suficiente durante todo o ano", e a meta do ODS 2,2, "erradicar todas as formas de má nutrição", até 2030, estavam muito distantes. Hoje, com o actual estado pandémico, essa situação tem vindo a agravar-se ainda mais. Os preços dos alimentos aumentaram de forma assustadora, a capacidade de compra reduziu tremendamente, os stocks em determinadas partes do mundo encontra-se a níveis bastante baixos e a situação de determinados Países em África é preocupante. Angola, não foge à regra, agravado pela situação de seca cíclica que afecta determinadas zonas. Milhões de angolanos fazem uma simples refeição por dia ou nenhuma ou ainda não têm garantias que amanhã ou nos próximos dias terão acesso a alimentação. A situação é preocupante. Falar-se da REA poderia ser uma lufada de ar fresco, mas, ao analisar os meandros da sua execução, sentimos uma sensação de fracasso anunciado, ou algo muito pior. Ora vejamos, Reserva alimentar está necessariamente associado à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), à Soberania Alimentar e à estratégia de combate à fome e ao aumento da produção doméstica. Colocar-se-á a questão, o que é Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais e que sejam social, económica e ambientalmente sustentáveis. Situações de insegurança alimentar e nutricional podem ser detectadas a partir de diferentes tipos de problemas, tais como fome, obesidade, doenças associadas à má alimentação, o consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudicial à saúde.

Dois conceitos estão fortemente relacionados ao de SAN: o Direito Humano à Alimentação e a Soberania Alimentar. O direito à alimentação é parte dos direitos fundamentais da humanidade, que foram definidos por um pacto mundial, do qual Angola é signatária. Esses direitos referem-se a um conjunto de condições necessárias e essenciais para que todos os seres humanos, de forma igua-

As questões são imensas, as dúvidas profundas, o descrédito um facto, a incerteza preocupante. Resta-nos perguntar, e o produtor nacional?

litária e sem nenhum tipo de discriminação, existam, desenvolvam suas capacidades e participem plenamente e dignamente da vida em sociedade. Cada país, por sua vez, tem o direito de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população (soberania alimentar), respeitando as múltiplas características culturais dos povos. 2 Torna-se também definir o que é uma política de Segurança Alimentar e Nutricional. Uma política de SAN é um conjunto de acções planificadas para garantir a oferta e o acesso aos alimentos a toda a população, promovendo a nutrição e a saúde. Deve ser sustentável, ou seja, em condições que permitam sua manutenção durante longo prazo. Requer o envolvimento tanto do governo quanto da sociedade civil organizada, nos diferentes sectores ou áreas de acção – saúde, educação, trabalho, agricultura, desenvolvimento social, meio ambiente, entre outros – e em diferentes esferas – produção, comercialização, controle de qualidade, acesso e consumo. Uma política de SAN implementa-se tendo em conta os seguintes princípios:

O apoio aos pequenos e médios produtores rurais de alimentos promove a equidade e a inclusão social, são criadores de emprego e de rendimento, promove mais diversificada oferta de alimentos de qualidade à população, produzidos sob formas sustentáveis. Permite, também, associar as estratégias de segurança alimentar e desenvolvimento territorial...

• Intersectorialidade não é senão uma das premissas básicas de uma política de SAN. Caso os diferentes sectores do governo e da sociedade civil agirem isoladamente, não teremos uma política de SAN efectiva. A intersectorialidade significa acções articuladas e coordenadas, utilizando os recursos existentes em cada sector (materiais, humanos, institucionais) de modo mais eficiente, direccionando-os para acções que obedeçam a uma escala de prioridades estabelecidas conjuntamente. Recursos dispersos e aplicados sem um planeamento global são mais facilmente desperdiçados ou utilizados por grupos isolados para seus interesses particulares.

É importante destacar que a política de SAN está fortemente relacionada com o sistema de segurança social, integrado pelos sectores da saúde, assistência e previdência, cujas acções, em seu conjunto, têm impacto directo na situação de Segurança Alimentar e Nutricional da população. Portanto, é fundamental que sejam construídas formas de integração entre esses sistemas, que são estratégicos para o Governo.

• Acções conjuntas entre Estado e sociedade, pois, nem o Governo, nem as organizações da sociedade civil, agindo isoladamente, têm condições de garantir a SAN da população de modo eficaz e permanente. O esforço para a acção conjunta e coordenada é fundamental, de modo que cada parte cumpra suas atribuições específicas, utilizando os recursos existentes de forma mais eficiente e com qualidade. Não se deve confundir, porém, o carácter complementar das acções de um sector em relação a outro com a delegação de funções que exima o Estado de suas obrigações.

• Equidade, superando as desigualdades económicas, sociais, de género e étnicas. As acções do governo e da sociedade de caracter público, devem ser planeadas e implementadas de forma democrática.

• Articulação entre orçamento e gestão, como uma política de SAN mobiliza recursos geridos por sectores de governo e da sociedade, é preciso orçamentar esses recursos, saber o quanto se tem disponível e qual a previsão de recursos para acções na área de SAN. O orçamento e a gestão devem ser feitos de modo integrado, pela mesma entidade responsável por formular e implementar a política de SAN.

• Abrangência e articulação entre acções estruturantes e medidas emergenciais – uma política de SAN deve abranger as dimensões de produção, acesso, consumo; deve, também, estabelecer as relações entre alimento e saúde, a sua utilização comunitária e familiar. As acções estruturais, ou seja, que têm por objectivo reverter o quadro de insegurança alimentar de indivíduos, grupos sociais, devem atacar as causas, sejam elas políticas, económicas, sociais ou culturais. Já as medidas emergenciais são voltadas para o atendimento mais imediato de grupos em condições adversas do ponto de vista social e de saúde. As acções emergenciais, no entanto, devem ser planeadas em função de objectivos mais amplos de inclusão social. Para isso, devem ter caracter temporário e se articularem com iniciativas que visem romper com a dependência da população atendida, desenvolvendo as capacidades individuais e colectivas de numa perspectiva emancipadora. Para tal, é fundamental que haja participação social, transparência na decisão e conhecimento, por parte da população, das acções desenvolvidas em todas as etapas do processo de planificação.

A abrangência de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional, actua sobre as esferas da produção e disponibilidade de alimentos; do acesso ao alimento e do abastecimento; da alimentação e nutrição. Estas dimensões levam-nos a dois componentes básicos de uma política de SAN:

A Componente alimentar – Relacionada com a disponibilidade, produção, comercialização e acesso ao alimento. Estas políticas de estímulo ao crescimento da produção agro-alimentar, importantes para a segurança alimentar, • Promoção de formas socialmente equitativas e ambientalmente sustentáveis de ocupação do espaço agrário; • Valorização das culturas alimentares locais e regionais; • Redução da pobreza rural, já que é nas áreas rurais que se localizam os mais elevados índices de pobreza e de insegurança alimentar; e • Estímulo ao desenvolvimento local e regional. O apoio aos pequenos e médios produtores rurais de alimentos promove a equidade e a inclusão social, são criadores de emprego e de rendimento, promove mais diversificada oferta de alimentos de qualidade à população, produzidos sob formas sustentáveis. Permite, também, associar as estratégias de segurança alimentar e desenvolvimento territorial, valorizando os circuitos locais de produção, distribuição e consumo de alimentos que se formam no interior do país. Para viabilizar esses circuitos locais, é necessário estimular as relações horizontais, construindo mecanismos que permitam a cooperação, reciprocidade e acção colectiva, envolvendo pequenos e médios agricultores, pequeno comércio, produtores urbanos e consumidores.

A Componente nutricional – Relacionada com as práticas alimentares (onde, como e quando nos alimentamos, o que escolhemos, como preparamos e o que consumimos). O acesso de toda a população a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, incluindo a água, é um pressuposto básico para a Segurança Alimentar e Nutricional. A evolução da actual situação de Insegurança Alimentar, as Organizações Internacionais como, a FAO, o Banco Mundial e ONG recomendam a criação de Reservas Alimentares a nível Nacional ou regional. As políticas sobre as reservas podem desempenhar uma função nos diferentes casos. Sejam eles para moderar ou conter aumentos de preços dos bens alimentares ou fundamentalmente para a distribuição de bens alimentares da cesta básica subvencionados ou programas de merenda escolar. As recomendações, vão no sentido das políticas relativas às reservas alimentares, como reservas emergenciais, cobrir deficits sazonais ou actuar como regulador e ou estabilizador dos preços em momentos determinados.

É consensual que estas reservas estratégicas alimentares, com número limitado de produtos essenciais, podem contribuir grandemente para melhorar a Segurança Alimentar. Este tipo de reserva alimentar pode reduzir a exposição das pessoas vulneráveis à volatilidade dos preços e à escassez de produtos. As reservas públicas criam-se para combater situações de deficits alimentares imprevistos ou realizar distribuição periódica de alimentos que garantam a Segurança Alimentar e Nutricional. Os especialistas afirmam, na sua maioria que a manutenção destas reservas como de emergência, pode desempenhar uma função útil. Neste sistema os Governos, em função das suas disponibilidades podem oferecer incentivos para fomentar o armazenamento dos bens em instituições privadas e a sua utilização segundo os interesses e objectivos das políticas públicas e como um complemento à reserva pública. Posto isto, o que vemos, é uma mão cheia de nada. As questões são imensas, as dúvidas profundas, o descrédito um facto, a incerteza preocupante. Resta-nos perguntar, e o produtor nacional? O que fazemos? Como se deve posicionar a REA em relação às políticas públicas alternativas que abordam as causas subjacentes dos aumentos de preços 4 e a sua volatilidade? A reserva é pública ou privada? Se é privada como gerir para evitar uma maior desestabilização dos preços e dos mercados? Parece-me uma geringonça...!

Opiniões

E agora pergunto eu...

Geralda Embaló
Directora-Geral Adjunta

Seja bem-vindo, querido leitor, a este seu espaço onde perguntar não ofende, nesta que é a primeira edição do novo ano de 2022. Um ano já cheio de perguntas, de incógnitas desde a primeira semana...

A pergunta costumeira de início do ano é o que nos reserva o ano que temos pela frente, quer a título pessoal, familiar, quer a título colectivo, e a avaliar pelo que passámos no ano passado e no anterior, a pergunta que não pode faltar é "como vai evoluir a pandemia e como é que os governos vão responder aos variados desafios que coloca? "No nosso caso, definitivamente, a questão é também quando é que o nosso Governo vai perceber o impacto directo das decisões que toma assim de improviso, ou para imitar, ou para impressionar outras realidades e que não se adequam, de forma nenhuma, à nossa realidade. O ano já começou torto, porque o Governo entendeu que, com uma taxa de vacinação completa a rondar os 12%, é boa altura para implementar medidas como o certificado de vacinação obrigatório para a entrada em transportes e para crianças nas escolas – aberrâncias autoritárias que nem em países com mais de 90% da população vacinada se implementaram.

No começo de ano, correu o vídeo do humorista Gilmário Vemba, que começou o ano a ser raptado com as suas crianças e a ver armas apontadas às suas cabeças (uma das quais com cinco anos), e, olhando para o outro vídeo que chocou o país e em que um policia levou uma arma à cabeça depois de matar dois colegas e balear um transeunte, este torna-se bem mais do que um começo torto, com uma chamada de atenção para a saúde mental que tem sempre pouco espaço de discussão pública, mas que precisa de ser mais cuidada, carece de uma atenção metódica e estratégica. Com as inseguranças que os angolanos vão amontoando, é quase um milagre que não vejamos mais tragédias como estas e tendo em conta a quantidade de armas, muitas de guerra, que circulam em mãos com níveis de stress elevados e carentes de cuidados urgentes e intensivos.

A propósito de carência de cuidados urgentes e intensivos, a pergunta no ar, também na primeira semana do ano, foi o que terá justificado aquela 'coisa' a que convencionou chamar-se "entrevista" em que se viu, mais uma vez, a montanha parir um rato?

O PR chamou jornalistas de cinco órgãos, a sua equipa verificou as perguntas de antemão e não se viram rebates às respostas duvidosas. O PR disse o que queria dizer, não foi questionado como seria numa entrevista, de facto. Mas o que é preocupante é que o homem que vai a eleições este ano, nem com essa vantagem de poder escolher ao que vai responder sem ser questionado conhecendo as perguntas, nem assim se sai bem. Não consegue, ou não quer mitigar, o estilo boiadeiro e trungungueiro que se vem tornando repelente para um eleitorado jovem e que não se identifica com o estilo general. E agora pergunto eu, isto não lembra os cabuladores que, mesmo com cábula, não passam nos testes? Será a ideia ainda demarcar-se do anterior residente do palácio que sofreu sempre de um mutismo crónico que o distanciava dos governados? É que nem tanto ao mar, nem tanto à terra certamente seria de bom-tom, de vez em quando, o provérbio dos mais velhos: "em boca fechada não entra mosca". E, se a ideia for distanciar-se dos erros do passado, será que este ano veremos debates televisivos entre candidatos à Presidência? Debates que informem os eleitores sobre as diferentes propostas de governo e que sejam promotores da transparência? Que dêem a conhecer ao eleitorado as pessoas em que vão votar? Possivelmente, a oposição até beneficia de não ser exposta ao escrutínio público que estaria se a ouvíssemos falar.

"Se eu gostasse de bajulação, a minha cara estaria no dinheiro," Além da deselegância que é a ameaça velada de que a sua cara poderia estar no dinheiro, e de nos levar a perguntar 'quem foi a alminha assombrada que fez tal proposta que o general que não gosta de bajulação, felizmente, recusou' – além disso, fica atestado o "não o fiz porque não quis", como o subjacente "faço o que quero" que caracteriza cada vez mais esta governação e de eco indiscutivelmente autoritário. Do mesmo modo que, na declaração de que os gestores públicos não têm de divulgar os seus bens porque têm direito ao bom nome, fica subjacente a mensagem inadvertida de que se divulgassem os bens perderiam o bom nome...

A comunicação do Presidente é, de resto, um problema de marketing político que deve causar rotineiramente contorções dolorosas à sua equipa provavelmente antes de falar (tendo em conta a experiência dos últimos quatro anos), mas certamente depois, para tentar reparar os danos das falas do PR. O comentário da 'fome relativa', além de ofensivo para a generalidade da população, seria sempre absolutamente desnecessário do ponto de vista da comunicação política, do marketing político, num país que enfrenta seca e pragas. Esse comentário e inúmeros outros (a "oposição malandra" em Moçambique, o famoso "não gostei", os bons jovens vs os maus jovens) que pouco de positivo agregam, carregam uma carga antagonizadora de opinião pública, evidente para qualquer político sensível.

Na dita 'coisa' que levou o rótulo de 'entrevista', as grandes questões que apoquentam o eleitorado permaneceram incógnitas. Não sabemos como o acesso a direitos humanos básicos vai ser assegurado. Até aqui, não foi. Não sabemos, por exemplo, se vamos ter algum resultado do inquérito oficial aos acontecimentos de Cafunfo. Há uma ONG a denunciar a morte de uma centena de cidadãos que saíram às ruas para reclamar direitos de cidadania. A mesma ONG denunciou a morte sob custódia da justiça de detidos nesse processo sem acusação formada. Mas não ficámos a saber como é que a segurança social dos angolanos vai ser melhorada, sendo que são quase inexistentes as estruturas para o efeito. Não se percebem metas concretas para o aumento do emprego que devia ser o maior desafio da governação que tem mais de metade dos jovens no desemprego.

Não ficámos a saber o que o Governo vai fazer para dar resposta à fome, mesmo a chamada relativa. Ficámos a saber pelo jornal The Namibian que a fome matou 18 bebés na Namíbia, que quando chegaram ao campo de refugiados que acolhem angolanos, já estavam tão severamente malnutridos que morreram na mesma. Vamos continuar a ver a atitude do Governo a continuar a ser a mesma de pouco fazer para resolver o problema da fome, porque nega a sua existência e andar a ver se essas pessoas e essas crianças morrem sem que ninguém veja, sem alarido sem entrarem para estatísticas, porque a imagem continua a ser o que mais conta?

Viu-se pouco nas respostas do Presidente, senão uma continuada atitude que não separa o partidarismo da instituição Presidência numa República diversa, com várias correntes de pensamento e que precisa urgentemente de despartidarizar as instituições para as fortalecer.

O que era para ser um ataque à coligação de partidos com o argumento de que "precisam de se juntar para bater o MPLA", mais uma vez, deixou a nu a infantilidade da discussão política do partido no Governo. Será para os eleitores relevante avaliar os partidos que se coligam do ponto de vista da sua fraqueza ou força individual? Ou para efeitos de voto pesa mais a performance do partido no poder até agora vs uma alternativa que nunca governou? Vs a identificação dos eleitores com os líderes que vão eleger? O argumento "tiveram de se juntar" face ao cansaço de quase meio século de MPLA com promessas por cumprir vale alguma coisa? Valerá alguma coisa para eleitores maioritariamente jovens que já não estão amarrados aos partidarismos do passado, às marcas da guerra que são evocadas sistematicamente para justificar um poder decano e que deixa tanto a desejar?

Perguntas não faltam para 2022, mas aqui ficam os desejos de um excelente ano novo para si, querido leitor, na companhia do Valor Económico e da sua Rádio Essencial.

Taça
Cheia
96.1 fm
Rádio Essencial
Todos
os sábados,
às 19:00,
com
Sebastião
Vemba

Economia 100 Makas

A "vergonha" da linha de crédito do DeutscheBank

Carlos Rosado de Carvalho, jornalista e professor de Economia

Tenho cá para mim, que muito poucas empresas angolanas conseguirão tão cedo preencher os requisitos da linha de crédito do banco alemão, a qual, até agora, só serviu para o Governo fazer propaganda dizendo que tem mil milhões de euros para o sector privado e estes é que não sabem aproveitar.

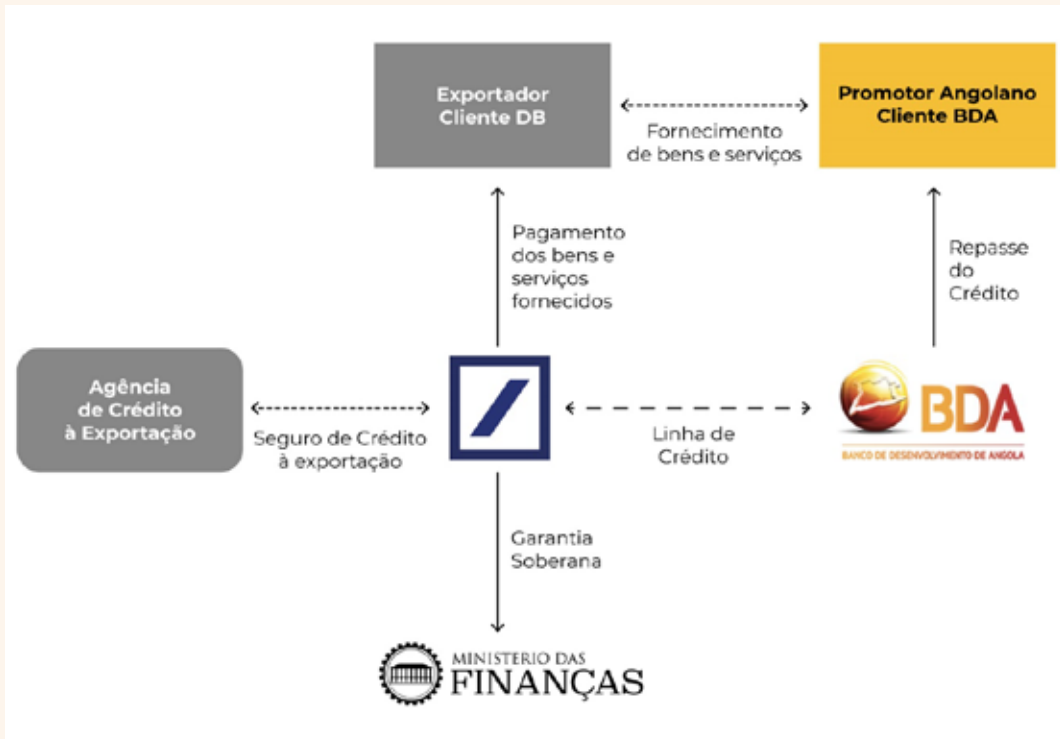
Na 'entrevista' colectiva da semana passada, o Presidente da República, João Lourenço, trouxe para o primeiro plano da actualidade o tema do crédito ao sector privado.

Questionado pelo Expansão sobre o suposto favorecimento de Carrinho, Gemcorp ,Mitrelli e Omatapalo, João Lourenço deu o exemplo da linha de crédito do DeutscheBank (DB) no caso do Grupo Carrinho.

"O Executivo negociou com o DB uma linha de crédito de mil milhões Euros destinados a financiar o sector privado angolano e essa linha está disponível há dois ou três anos", começou por dizer o PR.

O funcionamento da linha de crédito é simples. O DB financia o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) que, por sua vez, financia empresas de direito angolano com capitais maioritariamente detidos por cidadãos angolanos na aquisição de equipamentos, bens ou serviços junto de fornecedores de certos países aprovados pelo DB. São priorizados projectos de investimento nos sectores da agricultura, pecuária, agro-indústria, pescas e indústrias transformadora e mineira que tenham uma componente de exportação não inferior a 75% da sua facturação.

O mapa da mina dos mil milhões de Euros



Fonte: https://prodesi.ao/financiamento/deutsche-bank#

"Anunciei a disponibilidade da linha num encontro no Centro de Convenções de Talatona com a classe empresarial: aproveitem a linha, é para vocês!", recordou João Lourenço

Mas os empresários angolanos não chegam a ver a cor do dinheiro. O DB exigiu ser ele a entregar os valores directamente ao fornecedor estrangeiro. Além disso, o banco alemão fez mais duas exigências: uma garantia soberana do Estado Angolano e um seguro de crédito. Para cobertura do risco país, a garantia soberana não é suficiente.

"Passado esse tempo (…) a única empresa que provou estar habilitada, num valor pouco abaixo dos 200 milhões de euros, chama se Leonor Carrinho", lamentou o PR.

"Será que o executivo que gosta tanto da Leonor CArrinho e impediu que os outros entrassem? Não! Ainda estão disponíveis 800 milhões. De quando em quando, vamos perguntando aos nossos empresários o que é que se passa? É uma vergonha! Perante o credor, perante banco alemão, o que vamos dizer? Que imagem estamos a passar?", questionou João Lourenço.

Dos poucos empresários que temos, muitos são verdadeiros heróis...

"A gente luta para conseguir financiamento lá fora neste caso até nem é para obras públicas é parafinanciar o sector privado e de um total de mil milhões de euros em três anos só temos garantido que vamos consumir 200 milhões? Qual a imagem que a gente está a passar?", questionou, de novo, o PR.

"Se o Grupo Leonor Carrinho é o único que conseguiu passar no exame, significa dizer que é o único que conseguiu dar garantias reais, talvez não de não depatrimónio, mas de organização empresarial, de contabilidade. Conseguiu dar essas garantias quer ao banco credor, quer ao executivo angolano que emitiu a garantia soberana", explicou João Lourenço.

"A garantia soberana funciona assim no caso do tomador do credito não honrar com a sua palavra o Estado que deu a garantia soberana funciona como uma espécie de fiador, a responsabilidadecai sobre o fiador", concluiu o PR.

Ou seja, os empresários angolanos não estão a conseguir convencer lá fora o DeutscheBank.e a seguradora de crédito e cá dentro o BDA e o Governo de que são capazes de reembolsar o financiamento. Financiamento que vai apenas até 85% do projecto. O promotor tem de avançar com um dowpayment (pagamento adiantado) de 15%, que é uma das principais reclamações dos empresários angolanos. O problema é que as entidades envolvidas no financiamento querem garantir que o promotor também está a correr riscos e para saber nada melhor do que obrigar a fazer um pagamento adiantado.

Tenho cá para mim, que muito poucas empresas angolanas conseguirão tão cedo preencher os requisitos da linha de crédito do DeutscheBank, a qual, até agora, só serviu para o governo fazer propaganda dizendo que tem mil milhões de euros para o sector privado e estes é que não sabem aproveitar.

Uma afirmação no mínimo injusta. As condições das linhas de crédito do tipo da do DeutscheBank são demasiado exigentes para o estádio em que se encontra o país e, por tabela, os nossos empresários. É como pôr uma equipa do Girabola a jogar na Bundesliga.

O crédito para diversificar a economia angolana composta na sua por maioria micro e pequenas empresas será crédito bancário interno.

Durante o devaneio socialista, que durou até final dos anos 80, Angola destruiu os poucos empresários que vieram do tempo colonial. Nos anos 90, com o multipartidarismo, o país adoptou, no papel, a economia de mercado. Na realidade abraçou a acumulação primitiva do capital em que em vez de empresários, criaram-se sobretudo "emprestários" à sombra dos negócios com o Estado.

Agora, o PR veio deitar culpas aos empresários. Mas, em minha opinião, eles não são culpados, são vítimas do sistema que vigora em Angola desde a independência. Os verdadeiros empresários ainda são poucos. Infelizmente. E não nascem como os cogumelos.

Dos poucos empresários que temos, muitos são verdadeiros heróis, considerando o ambiente de negócios que vigora no País.

Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

Iban: 0051 0000 7172 9933 1512 7

Facebook/Comentários

A publicação sobre o concurso vencido pela empresa Omapatalo para gestão do Hotel do Infotur de Benguela registou mais de 50 comentários e perto de duas mil interacções dos mais de 25 mil internautas alcançados na página do Facebook do Valor Económico.

Os comentários são seleccionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico. Gralhas e discussões pessoalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Divaldo Cruz
Estão em todas!

Alexandre Cecilio Capitango
Nepotismo dá maneira mais dura.

Ti Ranço
Carrinho e Omatapalo em acção.

Tandu Afonso
É vez deles.

De Jesus
Isto é mais uma brincadeira do cientista prêmio Nobel da Fome Relativa, com memória de 135kb.
Haja paciência que os ature até 2022

Pedro Pimenta
Vergonha deste país. Sempre as mesmas empresas a ganharem tudo.

Lauriano Mabiala
Toda hora Omatapalo

Luis Montenegro Pascoal
Venceu ou foi atribuído a licença

Deo Mpanzo
Grande combate aos monopólios e oligopólios..

Lopes António Edward
Esse concurso foi de fachada, todos sabemos bem disso

Edjí Cipriano
Aqui em Benguela agora tudo é só Omatapalo e Carrinho , Só falta venderem Caixão se é que ja não o fazem.
Em suma: Omatapalo é Luís nunes. Carrinho é Jlo

Delfio Vildoso
Muito gipalo!

Coxe Kiavun
É por isso, são entre eles marimbondo e relativismos

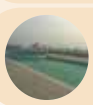
Monzer Carrington
Coxe Kiavun dizem que o Jlo tem 1% das acções mas na verdade é dono de toda empresa

Alfredo M. Nunes
Empresa de Jlo e seus sócios

Pedro Alberto
Não venceu mas sim indicado.

Regra de Ouro
MONOPÓLIO! Assim vamos nós.

Americo Edgar Bonguele
Mas tudo e só Omotapalo e Leonor Carrinho, algo ai não esta bem



Nelo CF
Esses tipo é k vão reconstruir o País

Covid-19

CONTRA AS RESTRIÇÕES SANITÁRIAS

Milhares protestam em Bruxelas

Vários milhares de pessoas saíram às ruas de Bruxelas em protesto contra o certificado de saúde e as restrições para prevenção da covid-19, e gritaram palavras de ordem como "liberdade", como constatou no local a agência AFP.

Os manifestantes, cinco mil segundo números avançados pela polícia, marcharam na capital da Bélgica, convocados pelo movimento 'Juntos pela liberdade', que reúne várias associações.

Os protestos contra o certificado de saúde, necessário para aceder a restaurantes ou eventos culturais, repetem-se há várias semanas, causando confrontos com a polícia.

Hoje os manifestantes empunharam cartazes com frases como "Não à ditadura da vacina" ou mesmo "Tira as mãos às nossas crianças", a propósito da decisão das autoridades belgas de autorizar a vacinação de crianças entre os 05 a 11 anos.

O ministro belga da Saúde, Frank Vandenbroucke, defendeu um debate no parlamento "o mais rápido possível" sobre a obrigatoriedade da vacinação ou a criação de um passe de vacinação, como em França.

Frank Vandenbroucke, criticou a posição do presidente francês Emmanuel Macron, quando disse querer "irritar" os não vacinados, considerando ser necessário "evitar esse tipo de divisão". O primeiro-ministro Alexander De Croo, que também se demarcou das declarações do chefe de Estado francês disse, no sábado, em entrevista ao Le Soir, que podia ser convencido dos benefícios da vacinação obrigatória.

GOVERNO RECUA

Táxis voltam à lotação máxima

Os taxistas foram autorizados pelo Governo, a lotação máxima dos veículos a partir de sábado passado, para garantir a mobilidade da população.

A medida surge depois de uma reunião entre os membros da Comissão Multissectorial de Prevenção e Combate à Pandemia da Covid-19 e os representantes das associações dos taxistas.

O Governo havia determinado a lotação, apenas a 50% dos transportes públicos e privados colectivos, como uma das medidas para combater à propagação da covid-19.

No entanto, os taxistas alegavam estarem a ser penalizados pelas autoridades em relação aos outros operadores do sector, mesmo apesar de o novo Decreto (em vigor desde 24 de Dezembro de 2021) impor um máximo de 50% da capacidade dos transportes colectivos urbanos, interurbanos e inter-provinciais de passageiros.

Falando à imprensa no final da reunião, o coordenador da comissão, Francisco Pereira Furtado, adiantou que se trata de uma resposta do Executivo ao clamor da população que se debatia há alguns dias com dificuldades de locomoção em função da redução da lotação dos transportes de serviço de táxi.

EM ALGUNS MESES

UE levanta suspensão de voos para a África Austral

Os Estados-membros da União Europeia (UE) decidiram levantar a suspensão de voos para a África Austral para permitir a retoma das ligações aéreas, que tinham sido interrompidas devido à variante Ómicron.

Numa publicação feita na rede social Twitter, a presidência francesa do Conselho da UE dá conta de um "acordo entre os Estados-membros no IPCR [grupo de resposta do Conselho a situações de crise] para retirar o travão de emergência em vigor de forma a permitir a retomada do tráfego aéreo com os países da África Austral".

A medida surge depois de, no final de Novembro, os Estados-membros da UE terem decidido suspender temporariamente voos de sete países da África Austral, incluindo Moçambique, devido à identificação de uma variante do coronavírus na África do Sul altamente mutante, a Ómicron.

UM GRUPO DE INVESTIGADORES japoneses desenvolveu uma máscara que, se tiver vestígios do vírus SARS-CoV-2, brilha perante a luz ultravioleta (UV). A invenção foi possível através da extracção de anticorpos de ovos de avestruz.

SOBRE VACINA INFANTIL NO BRASIL

Oposição pede proibição de 'fake news'

O líder da oposição no Senado brasileiro pediu ao Supremo Tribunal que proíba o Presidente, Jair Bolsonaro, de divulgar notícias falsas sobre a vacinação infantil contra a covid-19 e uma multa em caso de incumprimento.

O pedido foi feito pelo senador Randolfe Rodrigues após a insistência de Bolsonaro em boicotar a vacinação de crianças entre os 05 e os 11 anos, autorizada pelo Ministério da Saúde com relutância e apesar das resistências do próprio chefe de Estado.

Desde que o Governo anunciou a inclusão de crianças no plano nacional de imunização, Bolsonaro questionou a segurança e eficácia das vacinas para essa faixa etária, insistiu que não autorizaria a sua filha de 11 anos a ser vacinada e instou os pais a desistirem dessa intenção.

Para sustentar essa posição, o chefe de Estado brasileiro alegou informações falsas, como a de que no Brasil não havia registo de óbitos de crianças pela covid-19 e de que nenhum estudo havia demonstrado a eficácia da vacina em menores.

"Protocolei um pedido para que o STF [Supremo Tribunal Federal] proíba Bolsonaro de espalhar 'fake news' sobre a vacinação infantil contra a covid-19 e aplique uma multa diária de 200 mil reais caso Bolsonaro insista na conduta", escreveu o senador da oposição na rede social Twitter. "Essa sanha assassina não pode continuar", acrescentou o parlamentar da Rede Sustentabilidade, que foi vice-presidente da comissão parlamentar que investigou omissões na gestão governamental da pandemia e que acusou o Presidente brasileiro de crimes contra a humanidade.

Segundo o senador, ao mentir sobre a vacinação infantil, Bolsonaro "repete a reprovável conduta que adoptou durante toda a pandemia, ao usar as prerrogativas do seu cargo para divulgar informações.

EM VÁRIOS ESTADOS

EUA reabrem grandes centros de vacinação

Muitas cidades e estados dos Estados Unidos, país com mais casos de coronavírus do mundo, estão a reabrir centros de vacinação maciça contra a covid-19, que fecharam nos últimos meses, face à "explosão" de casos provocada pela variante Ómicron.

Estádios, centros comerciais e outras grandes superfícies usadas no início da campanha de imunização voltam agora a ser utilizados para administrar vacinas, tanto primeiras doses como doses de reforço, numa tentativa de melhorar a protecção das pessoas perante o rápido avanço da nova variante do coronavírus.

A maioria dos estados do nordeste do país, atingidos com mais força pela Ómicron, mas também outros como Oregon e Illinois, já reabriram ou planeiam reabrir grandes centros de vacinação, capazes de servir milhares de pessoas por dia.

Nos últimos meses, a maior parte da vacinação nos Estados Unidos tinha passado para as farmácias e clínicas médicas, mas as autoridades procuram agora dar um novo impulso às imunizações, especialmente através da vacinação de crianças e da administração de doses de reforço para adultos.

As autoridades, segundo a imprensa norte-americana, também esperam convencer algumas das pessoas que até agora têm evitado ser vacinadas e aliviar muitas farmácias por causa da nova onda de infecções.

Pouco mais de 66% dos americanos com mais de cinco anos, os elegíveis para a vacina, completaram a fase inicial.

MEDIDAS SANITÁRIAS

Protestos em França contra passe de vacinas

Mais de 105 mil pessoas manifestaram-se em França contra o passe sanitário e as vacinas, indicou o Ministério do Interior.

Este aumento na mobilização ocorreu após declarações do presidente Emmanuel Macron de que queria "chatear" os não vacinados.

As declarações de Macron no início da semana provocaram uma tempestade política quando estava a ser analisado na Assembleia Nacional o projecto de lei para transformar o passe sanitário em passe vacinal, impedindo que os não vacinados recorram à realização de testes para ir ao cinema, a um estádio ou a um espectáculo, comer num restaurante ou viajar longas distâncias num transporte público.

A lei foi aprovada na quinta-feira pela câmara baixa do parlamento francês e seguiu para o Senado.

Os protestos ocorreram em dezenas de cidades, em Paris, três cortejos juntaram 18 mil pessoas e no resto do país havia mais 87.200 pessoas nas ruas, segundo o Ministério do Interior.

Dez polícias ficaram feridos e 34 pessoas foram detidas. Em Montpellier a polícia teve que usar gás lacrimogéneo para restabelecer a ordem.

Na entrevista que deu ao jornal Le Parisien, Emmanuel Macron também acusou os refractários à vacinação contra a covid-19 de serem irresponsáveis e, com essa irresponsabilidade, de não serem cidadãos franceses. Afirmando-se "chocado e magoado" com as declarações de Macron, que considerou "discriminatórias e insultuosas", um reformado francês não vacinado apresentou na quarta-feira uma queixa simbólica contra o chefe de Estado francês por "difamação e ameaças públicas por parte de uma autoridade".

"Impõem restrições que respeito, mas acho insuportável questionar a cidadania dos não vacinados", disse à AFP o queixoso, Didier Lalande.

Marcas & Estilos

Sabor com elegância

Arrume a mesa de forma quase perfeita com os pratos de jantar da Misette. A porcelana artesanal portuguesa apresenta a estampa de mármore personalizada, com veios azuis e vermelhos e de tons neutros inspirados em pedra. Combine-os com os pratos de salada naturais correspondentes para toda a elegância descontraída dos seus sonhos.

Ao nível do luxo

Um envoltório texturizado é extremamente macio e foi feito do mesmo tecido que todos os outros produtos da Sunday Citizen, incluindo cobertores. A textura exclusiva eleva a manta humilde ao nível de luxo do hotel, tornando-a a peça perfeita para usar enquanto pratica toda e qualquer forma de auto-cuidado.

AUTOMÓVEL

Um inconfundível todo-o-terreno

O Jeep Gladiator tem o porte similar ao Wrangler, fabricada nos Estados Unidos. Dispõe de um motor 3.6 V6 Pentastar com 285 cavalos de potência e 36 kgfm de torque, acoplado à mudança automática de oito velocidades.

As versões Overland e Rubicon têm o tecto de capacidade removível. A Gladiator Overland parte de USD 93.000, enquanto a Rubicon parte de USD 99.000. já a Wrangler parte dos módicos USD 109 mil.

São múltiplas as configurações fruto de combinações de pára-brisas e tejadilho: capota rígida de três peças, capota maleável e sem capota.

O design robusto manifesta-se~nos já inconfundíveis elementos de estilo Jeep na grelha de sete aberturas, com ligeiras actualizações relativamente à anterior versão e inclinadas para trás, de forma a optimizar a aerodinâmica.

AGENDA

LUANDA

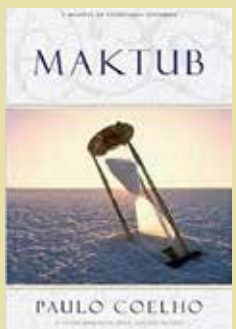
15 DE JANEIRO
Primeira edição da Gala 'Claque Magazine Awards', para galardoar os melhores atletas da época 2020/21, no Hotel Royal Plaza, em Luanda.

17 DE JANEIRO
Estreia a novela nacional 'O Rio', uma adaptação nacional da sul-africana 'The River', às 19h30, no novo canal da operadora DStv, o Kwenda Magic.

15 DE JANEIRO
Lançamento online do livro 'Porque África Abraçou o Socialismo', da autoria de Miguel Macongo, uma compilação de textos de vários autores que escreveram sobre África, com realce para a descolonização.

17 A 21 DE JANEIRO
Curso de Mestre em Vendas, com Matondo Francisco. 30 mil kwanzas. Os 10 melhores terão acesso a emprego directo e os cinco melhores a estágio. Para mais informações ligue para os 946 391 965 ou 996 616 496.

LIVROS



A PROPOSTA do autor é reunir um apanhado da sabedoria universal destacando um ponto comum a todas as histórias: a busca da felicidade.

OS INTEGRANTES DO PROJECTO de Negociação de Harvard mostram como lidar com conversas difíceis com mais habilidade e confiança.

TURISMO

Terras que inspiram

Como tantas outras cidades, Bucareste também possui uma lenda sobre as origens. Uma jovem chamada Dambovita recusou o amor de um príncipe para viver com um pastor chamado Bucur num lugar que chamariam Bucaresti.

Construído entre 1377 e 1388, o castelo é um importante monumento nacional romano que serviu como inspiração ao famoso escritor Bram Stoker para a criação de uma das novelas mais populares de todos os tempos: Drácula.

Para se hospedar na capital da Roménia, escolha um hotel o mais perto possível do centro, já que poderá deslocar-se a pé para conhecer os principais pontos de interesse.

A gastronomia é uma agradável surpresa graças à excelente mistura de história e tradição em forma de saborosas e consistentes receitas. Pratos à base de carne predominam. Legumes são indispensáveis à mesa.

OBSERVAÇÃO CLIMÁTICA POR SATÉLITE COPÉRNICO

Ano passado foi um dos sete mais quentes de sempre

AQUECIMENTO GLOBAL. Clima seco e quente originou fogos florestais prolongados que afectaram países como a Argélia, Tunísia e Portugal.

O 2021 foi um dos sete anos mais quentes de sempre, divulgou esta segunda-feira, 10, o sistema de observação climática por satélite Copérnico.

Nos dados anuais, o Copérnico também refere que continuaram a aumentar as concentrações atmosféricas de dióxido de carbono e metano, gases responsáveis pelo efeito de estufa e aquecimento global.

Apesar de relativamente menos quente em relação aos anteriores, 2021 insere-se num ciclo de sete anos consecutivos de temperaturas recordes, "os mais quentes já registados por uma margem clara", refere o serviço climático Copérnico.

A temperatura média global em 2021 situou-se entre 1,1 e 1,2 graus centígrados acima (e 0,3 graus acima da média nos últimos 30 anos) da média anual do período pré-industrial, a medida usada para calcular o aquecimento global responsável pelas alterações climáticas e que o Acordo de Paris pretende manter abaixo de 1,5 graus até ao fim deste século. Esse número faz de 2021 o quinto ano mais quente registado, superando por pouco os valores de 2015 e 2018.

Na Europa, 2021 não foi um dos 10 anos mais quentes, que se registaram todos desde o ano dois mil, incluindo a série mais quente entre 2014 e 2020.

MEMORIZE

A temperatura à superfície esteve 0,1 graus acima da média dos últimos 30 anos mas o verão foi o mais quente de sempre, quebrando-se o recorde de temperatura na Sicília.

A temperatura à superfície esteve 0,1 graus acima da média dos últimos 30 anos mas o verão foi o mais quente de sempre, quebrando-se o recorde de temperatura na Sicília, onde se registaram 48,8 graus, mais 0,8 graus do que o máximo anterior.

Julho foi marcado por chuvadas e inundações no centro-oeste, sobretudo na Alemanha, Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos, no mesmo mês em que na zona mediterrânica se verificou uma onda de temperaturas altas, sobretudo na Grécia, Espanha e Itália.

Este clima seco e quente deu origem a fogos florestais prolongados que afectaram países como a Argélia, Tunísia, Turquia, Portugal, Grécia, Itália, Espanha, Albânia e Macedónia do Norte.

Os fogos florestais produziram 1.850 megatoneladas de emissões de dióxido de carbono, sobretudo provocadas por incêndios na Sibéria, mais 100 megatoneladas do que em 2020.

Análises preliminares dos dados recolhidos pela rede de satélites indicam que a concentração de dióxido de carbono na atmosfera continuou a aumentar em 2021, atingindo um recorde médio anual de 414,3 partes por milhão, atingindo um máximo mensal em Abril, com 416,1 partes por milhão.

O ritmo de crescimento anual da concentração de dióxido de carbono em 2021 manteve-se em cerca de 2,4 partes por milhão por ano.

O mesmo verificou-se para as concentrações de metano na atmosfera, que atingiram um máximo anual de 1.876 partes por mil milhões, algo que ainda está por explicar completamente, uma vez que este gás é produzido por actividades humanas mas também naturais.

Ainda assim 2021 foi relativamente menos quente que os anos anteriores

NÚMEROS DA SEMANA

826

Milhões kz Montante arrecadado com nove leilões online de mercadorias realizados pela AGT em 2021.

100

Mil kz novo limite máximo de levantamento, por dia, nos Terminais de Atendimento Multicaixa (ATM).

3,3

Milhões de euros valor do contrato de empreitada de dragagem no porto de Cabinda, a cargo da construtora Mota-Engil Angola.

1,7

Milhões de euros despesa das obras para a conversão do Mercado do Gika em unidade hospitalar em Cabinda.

EXPORTAÇÃO DE ROCHAS EM 2021

Angola encaixa 23 milhões de dólares

Jânio Victor, secretário de Estado dos Recursos Minerais

Pelo menos 23 milhões de dólares representam o encaixe resultante da exportação de 69 metros cúbicos de rochas ornamentais no ano passado. As rochas, ou seja, granito e mármore, foram comercializadas nos mercados asiático e europeu, segundo o secretário de Estado dos Recursos Minerais, Jânio Victor, que falava, esta terça-feira, em Luanda, no habitual briefing sobre a economia angolana.

Jânio Victor declarou que o Executivo vai continuar a apoiar as empresas que trabalham na exploração e exportação destes recursos, por se reconhecer ser "um nicho importante para as pequenas e médias empresas".

Estão identificadas neste sector 22 empresas, entre nacionais e estrangeiras, na sua maioria instaladas na Huíla. No entanto, as nacionais têm-se queixado de elevadas perdas por não conseguirem competir com as estrangeiras que vendem a pedra às suas filiais nos países de origem, e voltam a exportá-las, incluindo para Angola, já transformadas e a preços muito elevados. Em resultado desses constrangimentos, a Emanha, onde se cruzam interesses do antigo ministro da Saúde, José Van-Dúnem, acabou por abrir falência.

RELATÓRIO DO CINVESTEC

Má gestão dos activos recuperados penalizam economia

O combate à corrupção tem sido acompanhado de "uma má gestão dos activos recuperados, penalizando a economia e não apenas os prevaricadores". A crítica vem expressa no relatório Económico do primeiro semestre de 2021 do Centro de Investigação Económica da Universidade Lusíada de Angola (CINVESTEC) a que o ***Valor Económico*** teve acesso.

Elaborado pelos investigadores Heitor Carvalho e Agostinho Mateus, o relatório refere que o combate à corrupção continua muito limitado pela lei, que devia permitir "o escrutínio dos agentes do Estado que possuem riqueza, sob as mais variadas formas, superior ao que alguma vez auferiram na sua actividade".

Neste quesito, os investigadores alertam que é necessário que a transparência aumente, sobretudo nos actos contratuais preferidos do Presidente da República. "Que, em todas as adjudicações, directas ou por concurso, sejam publicitadas as condições do negócio; que se reduza o nível de discrepâncias na conta externa; e que a execução orçamental não tenha zonas cinzentas, percebendo-se para onde vai a dívida contratada", escrevem.

Quanto ao ambiente de negócio, o CINVESTEC entende que não mostrou evolução significativa. Sugere, por isso, que o Estado desempenhe o seu papel no reforço do tecido empresarial e da sua qualidade, por um lado, através da eliminação do conjunto extenso de "regras confusas, contraditórias, dispersas, não cumpridas e constantemente alteradas" que impedem o início da actividade de aproximadamente 80% das empresas criadas a cada ano e, por outro, "através da criação de normas simples que protejam os negócios existentes e, sobretudo, que incentivem o surgimento de novos negócios, promovendo assim a concorrência e a consequente melhoria da produtividade".

Na análise dos investigadores, o Banco Nacional de Angola (BNA) tem enxugado, com a máxima eficácia, toda e qualquer liquidez do sistema monetário, constituindo um "sério entrave" ao desenvolvimento do crédito, "uma das condições essenciais da melhoria do ambiente de negócios". Igualmente, preocupam-se com a ausência de dados detalhados sobre a política fiscal e, do "incipiente disponível", identificam a existência de um empolamento exagerado da burocracia e da defesa, em detrimento do apoio social nos orçamentos e da execução da segurança pública, face à educação e à saúde.

O CINVESTEC lamenta o facto de os programas governamentais terem prometido muito, mas produziram poucos resultados. E sugere o aprofundamento e acompanhamento das medidas contra a resistência da burocracia instalada no 'Simplifica'. Os analistas advertem ainda o Governo a dedicar todo o esforço e atenção ao Kwenda e o Prodesi.

Por: Guilherme Francisco